

NOVA ROTA DA SEDA NA AMÉRICA LATINA: ENTRE ADESÕES E HESITAÇÕES

Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes Filho¹
Ticiania Gabrielle Amaral Nunes²
Giulia Marianna Rodrigues Di Marco³
Marco Aurélio Alves de Mendonça⁴

SINOPSE

O artigo analisa a recente evolução das relações econômicas entre América Latina e Caribe e China, conferindo destaque à expansão da Iniciativa do Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI), ou Nova Rota da Seda, na região. O estudo justifica-se pelo perceptível adensamento e diversificação das transações entre a região e o país asiático nos últimos anos. A pesquisa se utiliza da geoeconomia como ferramenta analítica e da Economia Política Internacional como marco teórico-conceitual para explicar esse processo. Empiricamente, verificam-se a expressividade do aumento das interações nos campos de comércio, o investimento, o financiamento, além de contratos de infraestrutura, assim como são analisados os casos específicos de países latino-americanos que aderiram à BRI, destacando-se suas particularidades. Argumenta-se que a adesão desses países à iniciativa não constitui um fenômeno homogêneo, mas dotado de potenciais e desafios plurais, que só podem ser efetivamente compreendidos por meio de análises de casos.

Palavras-chave: China; América Latina e Caribe; Iniciativa do Cinturão e Rota; Nova Rota da Seda; investimento externo direto; infraestrutura.

ABSTRACT

The article applies concepts of the field of International Political Economy (IPE) to analyze the evolution of the economic relations between China and Latin America and the Caribbean (LAC) countries, especially in the context of the Belt and Road Initiative (BRI), or New Silk Road. Their economic interactions have increased in the last decade, especially through investments, loans, and infrastructure projects. It is argued that complementarity in the field of infrastructure reinforces BRI's potential, although it does not eliminate existing asymmetries between the mentioned actors. The flexible nature of the initiative and its heterogeneous progress in the region require its "deconstruction" through case studies, as a means of elucidating the dilemmas, needs and cost-benefit perceptions regarding the "new guise" symbolized by the BRI in Sino-Latin American relations.

Keywords: China; Latin America and the Caribbean; Belt and Road Initiative; foreign direct investment; infrastructure.

JEL: F10; F30; F34; F50; F55; F59; F6.

Artigo recebido em 24/6/2022 e aprovado em 22/7/2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi33art4>

1. Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea).

2. Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea.

3. Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea.

4. Técnico de planejamento e pesquisa na Dinte/Ipea.

1 INTRODUÇÃO

Entre as ações promovidas pelo governo chinês no âmbito internacional, a Iniciativa do Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI), ou Nova Rota da Seda, é, potencialmente, a mais emblemática. A iniciativa, cujo propósito inicial foi estruturar uma série de projetos visando impulsionar o desenvolvimento, as transações econômicas e a conectividade no entorno regional da China, gradualmente adquiriu dimensão global.

Anunciada em 2013 pelo atual presidente chinês, Xi Jinping,⁵ a promessa da implementação da BRI aludiu à reconstrução ou à reformulação da antiga Rota da Seda, cuja memória aos cidadãos chineses remete a elementos como prosperidade, integração, intercâmbio cultural e amizade entre os povos. Dessa forma, ao adaptar seu simbolismo ao século XXI, Xi declarou o objetivo de enfatizar a construção de infraestruturas para conectar as regiões fronteiriças menos desenvolvidas do oeste da China com os países vizinhos, o que foi seguido pelo lançamento da Rota da Seda Marítima (Maritime Silk Road), voltada para a integração entre a costa leste e o Sudeste Asiático por meio de portos e ferrovias. Contudo, ao se converter em um projeto de dimensões globais, novas teorizações fizeram-se necessárias a fim de conferir interpretações atualizadas sobre os mecanismos e impactos da BRI.

Nos últimos anos, uma série de estudos identificou na iniciativa uma estratégia de inserção da China em sua renovada condição de grande potência, disposta a projetar sua esfera de influência para além de seu entorno geográfico imediato, ao se consolidar como Estado que participa ativamente nas instâncias de governança global, e que engendra o desenvolvimento internacional por meio de uma diplomacia econômica robusta, caracterizada pela expansão dos investimentos e financiamentos de projetos de grande porte em economias emergentes.

Nesse cenário, é possível conceber a BRI enquanto égide do atual patamar da diplomacia econômica chinesa, mais assertiva e orientada globalmente. Por meio dela, o governo chinês dispõe de mecanismos oportunos para solucionar uma série de desafios e desequilíbrios da economia doméstica, possibilitando, ao mesmo tempo, a unificação de projetos dispersos geograficamente e setorialmente sob um mesmo emblema.

Segundo Cai (2018), esses desafios incluem solucionar principalmente: i) desequilíbrios internos, como excesso de capacidade produtiva, declínio do crescimento econômico e subdesenvolvimento das províncias do oeste; ii) a reforma da economia global, baseada nas normas e instituições propostas no pós-guerra pelos Estados Unidos; iii) a elevação do uso do *renminbi* (RMB) nas transações internacionais; iv) o enfrentamento aos desafios de ordem geopolítica por meio do estreitamento de laços com outras nações; e v) o fortalecimento da segurança econômica por meio, por exemplo, do aprimoramento das rotas de fornecimento de recursos estratégicos.

A ascensão econômica, financeira e tecnológica da China representa um fenômeno global e que se manifesta de forma nítida, com implicações diretas sobre a distribuição de poder e riqueza internacional. Seus impactos sobre regiões como a América Latina são complexos e exigem esforços para identificar as potencialidades e desafios aos países da região.

5. Em discurso durante o Belt and Road Forum for International Cooperation, o presidente chinês declarou cinco objetivos primordiais da iniciativa: coordenação de políticas; conectividade de infraestrutura; comércio desimpedido; integração financeira; e conexão entre pessoas. Discurso completo disponível em: <<https://bit.ly/3SJPiNM>>.

O objetivo deste estudo é interpretar o avanço da BRI na América Latina à luz do marco teórico conceitual da Economia Política Internacional (EPI) e a partir de formulações do campo da geoeconomia. Utiliza-se ainda a associação com as contribuições da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), visto que se considera que a iniciativa está estreitamente associada à CID promovida pela China.

O texto está construído em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção 2 estabelece os marcos teóricos a partir dos quais se realiza a análise da pesquisa. Em seguida, a terceira seção objetiva apresentar a evolução das relações econômicas da China com os países latino-americanos no século XXI, em especial as suas redefinições na última década, incluindo aspectos associados ao incremento do comércio e à entrada de capitais chineses na região (Armony e Strauss, 2012), considerando três vetores fundamentais: os investimentos externos diretos (IEDs); os empréstimos e financiamentos; e os projetos de construção e infraestrutura (Recaj, 2020). Na quarta seção, o foco recai sobre a BRI e sua reverberação na América Latina, última região a ser oficialmente “integrada”, entendida como “extensão natural da rota marítima” (Celac, 2018).

Conforme se observa no trabalho, os países latino-americanos reagiram de maneira heterogênea: enquanto alguns preferem aderir, outros hesitam. Argumenta-se que a expansão da iniciativa representa um fenômeno complexo e multifacetado. Seus instrumentos e objetivos na região não devem ser inerentemente compreendidos de forma homogênea, mas, preferencialmente, com atenção aos casos específicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Geoeconomia como ferramenta analítica sob a perspectiva da EPI

A geoeconomia pode auxiliar na compreensão da assimilação da BRI enquanto estratégia de Estado ou partido-Estado,⁶ sobretudo quando instruída e suplementada por paradigmas fundamentais do campo da EPI. Consequentemente, a recente expansão da BRI na América Latina pode ser concebida a partir desses referenciais.

De acordo com a formulação seminal proposta por Luttwak (1990), a quem se atribui a conceptualização inicial do termo, a geoeconomia compreende a “mistura da lógica do conflito com os métodos de comércio”, deslocando métodos militares com a penetração no mercado. Ou seja, em sua concepção original, o termo implicava a continuação do conflito interestatal por meios econômicos.

No entanto, estudos posteriores promoveram a reformulação e o desdobramento do conceito. Segundo Farrell e Newman (2019), a globalização criou laços e oportunidades econômicas transfronteiriças que conferem aos Estados a possibilidade de explorar esses vínculos para fins estratégicos mais amplos. Seguindo esta linha de raciocínio, a síntese proposta por Blackwill e Harris (2016, p. 20, tradução nossa) entende que geoeconomia se refere ao “uso de instrumentos econômicos para promover e defender os interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país”.

6. Para Heilmann (2017) há íntima vinculação entre o Partido Comunista da China (PCC) e a burocracia estatal, com funções amplamente combinadas em um só corpo, ou quase como se posicionadas umas em frente às outras em um espelho, ainda que o *locus* de poder decisório em última instância permaneça centrado no alto escalão do partido.

Scholvin e Wigell (2018, p. 4) observam que não há uma definição amplamente aceita de geoeconomia. Alternativamente, os autores propõem a existência das dimensões, não mutuamente exclusivas, de abordagem geoeconômica enquanto ferramenta analítica e estratégia de Estado. Adicionalmente, é ainda preciso dissociar a geoeconomia empírica de estratégias estritamente mercantilistas ou liberais. Segundo Blackwill e Harris (2016, p. 32), as verdadeiras divisões entre mercantilismo e liberalismo dizem respeito à melhor forma de (não se) buscar a geoeconomia.

A dicotomia apontada por Shih (2009) entre meios/fins estritamente econômicos ou geopolíticos é recorrente na literatura especializada⁷ sobre investimentos externos chineses, visto que, em termos comparativos, grandes volumes desses fluxos são provenientes de empresas estatais, o que suscita o debate sobre sua instrumentalização com a finalidade de obtenção de vantagens políticas pelo governo chinês. Contudo, a redução ou simplificação das estratégias de “capitalismo de Estado” chinês decorrente da separação estrita entre os âmbitos político e econômico remete à problemática inaugural que origina o campo da EPI.

Strange (1970), em sua formulação edificante para a consolidação da EPI enquanto agenda de pesquisa, identifica na separação entre economia e política “um diálogo de surdos” que permaneceu por muito tempo nos estudos internacionais. Assim, como um manifesto, a autora propõe a consolidação da EPI como uma “ponte analítica” que associa os dois campos para permitir o aprofundamento das análises dos processos internacionais.

Assim, a partir do paradigma teórico inaugural da EPI, constata-se que a escolha da geoeconomia, seja como ferramenta analítica ou compreendida enquanto estratégia para a recente expansão da BRI na América Latina, implica, portanto, o não reducionismo da iniciativa quanto a seus fins econômicos ou geopolíticos. Ou, ainda, conforme destacado por Baru (2012, p. 47, tradução nossa), “tanto a noção de que ‘o comércio segue a bandeira’ (que a projeção do poder nacional tem consequências econômicas) quanto a de que ‘a bandeira segue o comércio’ (que há consequências geopolíticas de fenômenos essencialmente econômicos) apontam para o assunto da geoeconomia”.

Não obstante, essa visão não é necessariamente compatível com a concepção amplamente disseminada pela narrativa de que estaria em curso uma “tendência alarmante” observada em outras partes do mundo, que poderia se repetir na região, onde a China busca alavancar interesses comerciais aparentemente inócuos para fins militares (Lazarus e Berg, 2022). Embutida nesse argumento, geralmente está presente a defesa da rejeição assertiva por parte dos Estados Unidos da expansão da iniciativa na América Latina, considerada sua região de influência histórica, visto que projetos de conectividade poderiam ser utilizados de maneira ofensiva por meio do uso dual⁸ ou da armadilha da dívida⁹ (Ellis, 2021c).

Reconhecer a relação mútua entre meios e fins políticos e econômicos não significa, portanto, endossar essa concepção alarmista – e, em inúmeras ocasiões, instrumentalizada em retóricas

7. A dualidade entre geopolítica e economia como ferramenta de análise da política externa chinesa está presente na argumentação central de inúmeros estudos produzidos por centros de pesquisa, ou *think-tanks*, ocidentais. Sullivan e Hal (2020, tradução nossa) sustentam que, “à medida que a China constrói poder econômico por meio desses esforços, aumentará sua capacidade de converter esse poder em influência geopolítica”.

8. Estruturas ou tecnologias usadas para fins civis, mas que podem, circunstancialmente, possuir aplicabilidade em objetivos militares.

9. Com base no caso da entrega do porto de Hambantota, no Sri Lanka, disseminou-se a narrativa de que, por meio da BRI, o governo chinês estaria concedendo empréstimos a projetos com baixa perspectiva de sucesso comercial a fim de deliberadamente promover o endividamento de países e, em troca, obter concessões vantajosas com fins geoestratégicos. Segundo Brautigam e Rithmire (2021), por essa perspectiva, a BRI não é concebida simplesmente como busca de influência geopolítica, mas como uma “arma”.

político-ideológicas –, mas implica sua compreensão enquanto estratégia derivada do atual estágio de desenvolvimento da China, representando não somente a continuidade como também a incorporação de novas lições de política externa (Aoyama, 2016).

Estudos como os de Hong (2017), Cai (2018), Li (2019) e Flint e Zhu (2019) propõem uma análise ampliada, concebendo a expansão da BRI pelo viés sistêmico da acumulação capitalista internacional, na qual a iniciativa carrega em si um potencial considerável de desestruturação dos “arranjos globais” existentes e do “poder estrutural” que os preserva (Li, 2019).

A conectividade transnacional, meio primordial de facilitação dos fluxos de investimento e comércio, é priorizada como um mecanismo e uma finalidade. Contudo, uma vez que a conectividade é identificada como uma necessidade em termos de competitividade global, resultados de natureza geopolítica são inerentemente vinculados, visto que o processo de internacionalização de companhias (estatais ou privadas) é constantemente associado e habilitado por práticas e conexões estatais no âmbito externo (Flint e Zhu, 2019).¹⁰

Embora seja argumentável que essas dimensões são indissociáveis, a projeção de influência internacional não é necessariamente um resultado não previsto, mas deve também ser um resultado concebido pela agência do partido-Estado, que, sob o emblema do “sonho chinês”, busca a superação de desafios domésticos, o acesso a recursos e a participação assertiva nas instâncias de governança global (Aoyama, 2016). Conforme a definição proposta pelo governo, a BRI é um empreendimento geoeconômico multifacetado baseado em cinco pilares: i) coordenação política entre as nações integrantes; ii) construção de infraestrutura; iii) facilitação de investimentos e comércio; iv) integração financeira; e v) contatos interpessoais.¹¹

Assim, a promessa de maior conectividade e desenvolvimento, possibilitada pelas extensas reservas e pela posição de maior credor mundial, atraiu expectativa em países em desenvolvimento, interessados em encontrar parcerias internacionais capazes de alavancar investimentos e financiamentos de projetos de grande porte, com potencial de transformação estrutural. Dessa forma, o caráter geoeconômico da BRI está também associado à CID promovida pela China.

2.2 CID

Os países em desenvolvimento que se engajam na CID, unindo esforços com economias avançadas para promover o desenvolvimento no exterior, passaram a ser chamados de doadores emergentes ou novos doadores. Ainda que essa qualificação seja permeada pela disputa de narrativas atribuídas, sobretudo, à contestação da transferência de responsabilidade aos países emergentes, ela designa um novo campo de articulação e engajamento no âmbito internacional para a promoção do desenvolvimento. Ao lado de agentes privados e organizações civis, os países emergentes tornaram-se protagonistas no campo da cooperação e corroboraram o aprofundamento da descentralização da CID por meio do estabelecimento de novas práticas, veículos de financiamento e metas. Segundo Milani (2012, p. 211),

10. A identificação da agência e da percepção estratégica do governo chinês na implementação da BRI não implica entender que esta deriva de processos de decisão coerentes de cima para baixo (*top-bottom*), livres de deliberação e conflito. Ye (2019) argumenta que, em virtude das dissonâncias e da fragmentação interna entre interesses domésticos (governos locais, grupos econômicos, entre outros), a implementação da BRI ocorre, inexoravelmente, de forma descentralizada, visto que a própria natureza do Estado chinês seria dispersa e ambígua.

11. Disponível em: <<https://bit.ly/3HLQ8nT>>. Acesso em: 19 maio 2022.

a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) pode ser definida como um sistema que articula a política de Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas disseminadas (ou, em alguns casos, prescritas) por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em uma base solidária seria uma solução desejável para as contradições e desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional.

Nesse contexto, a transformação da China de país absorvente de investimento estrangeiro em um dos maiores exportadores de capital do mundo foi decisiva na consolidação de um novo campo de alternativas disponíveis aos países emergentes que buscavam financiar seu desenvolvimento. Os financiamentos de projetos de geração de energia, infraestrutura, entre outras áreas, são considerados pilares do modelo de CID promovido pela China.

O entendimento léxico do significado de cooperação internacional, conforme sustentado pelo governo chinês, é encontrado nos livros brancos de ajuda externa da China, divulgados, respectivamente, em 2011, 2014 e 2021. Conforme indicam os documentos, a China não orienta suas práticas de cooperação com base em definições e normas consentidas externamente. Sua identidade como país em desenvolvimento constitui um componente que a aproxima a dos países do sul global e, portanto, do modelo de Cooperação Sul-Sul (CSS) ou Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD).

A China é o maior país em desenvolvimento do mundo. Em seu desenvolvimento, tem se empenhado em integrar os interesses do povo chinês aos de outros países em desenvolvimento, prestando assistência da melhor maneira possível no âmbito da Cooperação Sul-Sul (China, 2014, tradução nossa).

É notório que a China tenha sido um país que desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da CSS como eixo de engajamento entre o sul global desde seu surgimento nos anos 1950, no contexto da independência das antigas colônias europeias e da consolidação do Movimento dos Países Não Alinhados. A visita de Zhou Enlai, ex-primeiro-ministro chinês, à Índia, em abril de 1954, com o objetivo de negociar a resolução do conflito bilateral no Tibete, serviu para afirmar os cinco princípios da coexistência pacífica,¹² considerados não apenas os pilares normativos da política externa chinesa, mas também um guia para o engajamento da CSS até os dias atuais.

A CSS, diferentemente da ideia de “assistência”, propõe uma relação de benefícios mútuos, horizontalidade e maior participação e controle local dos recursos. Além disso, substitui os conceitos de doador e receptor pela noção de “parceiros” (Souza, 2014). Enquanto a assistência ao desenvolvimento Norte-Sul é guiada pelos princípios de “filantropia e altruísmo”, a CSS obedece à reciprocidade e benefícios mútuos (Chaturvedi, 2012).

Assim, segundo Milani e Carvalho (2013), a CSS é protagonista de uma “nova visão de desenvolvimento”, não mais orientada exclusivamente dentro de uma visão liberal da ordem internacional, mas, ao contrário, assumindo que os países em desenvolvimento podem cooperar com outras nações emergentes e solucionar seus próprios desafios com base em sua identidade compartilhada, esforços conjuntos e reciprocidade.

No entanto, conforme destacado por Chediek (2017, p. 41), a CSS é um complemento e não um substituto para a Cooperação Norte-Sul, constituindo um “instrumento de desenvolvimento conjunto entre os países do hemisfério sul em face a seus desafios comuns” que não substitui as responsabilidades sobre a redução das assimetrias globais por parte dos desenvolvidos.

12. Respeito mútuo à soberania e à integridade nacional, não agressão, não intervenção nos assuntos internos de outros países, igualdade e benefícios mútuos e coexistência pacífica entre países com sistemas sociais e ideológicos distintos.

Observa-se que, na definição de seu padrão de cooperação internacional, a proposta do governo chinês consiste em não se comprometer nem se limitar à padronização dos fluxos financeiros e do engajamento, que consistem na ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD) e no financiamento oficial ao desenvolvimento (*official development finance* – ODF), em seu sentido amplo, como formulado pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE). Estabelecido em 1960 como um subcomitê especial para coordenar a assistência ao desenvolvimento entre os Estados-membros da OCDE (Cheng, 2015), o CAD desempenhou um papel importante no estabelecimento das definições e no significado lexical de termos como “ajuda” e “assistência” e na unificação de combinações de práticas sob os termos abrangentes.¹³

Em entendimento diferente do proposto pelo CAD, os instrumentos de financiamento considerados como “ajuda” nos documentos oficiais chineses incluem doações, empréstimos a juro zero e empréstimos concessionais (juros baixos). Enquanto as doações e os empréstimos a juro zero são destinados a projetos de menor porte, o documento explica que as linhas concessionais servem principalmente para financiar projetos de infraestrutura de grande e médio porte com benefícios econômicos e sociais, ou para o fornecimento de fábricas completas, maquinários e produtos eletrônicos.

Na prática, o engajamento da China na CID tem se destacado por enfatizar grandes projetos em áreas como infraestrutura e energia, financiados pelos bancos de política (*policy banks*) – o China Exim Bank (Chexim) e o Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank – CDB). A China também estabeleceu fundos especiais, sendo alguns dos mais robustos o Fundo da Rota da Seda e o Fundo Climático de Cooperação Sul-Sul. No entanto, os bancos de política ainda são responsáveis pela parcela mais extensa dos financiamentos fornecidos à CID chinesa.

O Chexim é responsável pela captação de recursos a taxas de juros abaixo das referências publicadas pelo Banco do Povo da China (BPC), tendo por desígnio a implementação da Going Global (ou Go Out), estratégia que visa promover a internacionalização das empresas chinesas. Em regra, o banco oferece empréstimos e financiamentos a taxas que oscilam entre 2% e 3% ao ano (a.a.), com prazo de reembolso de quinze a vinte anos, incluindo cinco a sete anos de carência (Zhang, 2018). Adicionalmente, o banco também possui uma linha preferencial em dólar com juros baixos: o crédito de comprador preferencial.

O CDB tem por objetivo apoiar as políticas macroeconômicas estabelecidas nos planos quinquenais, com foco em oito áreas: energia elétrica; construção de estradas; ferrovias; petróleo e petroquímica; carvão; correios e telecomunicações; agricultura e indústrias relacionadas; e infraestrutura pública (Chin e Gallagher, 2019). Inversamente ao Chexim, fornece créditos com juros altos, normalmente para projetos mais caros e complexos. De acordo com Chen (2020), por meio dessa modalidade de juros altos, o Estado chinês atua na promoção do desenvolvimento não pela canalização de recursos financeiros, mas aumentando a credibilidade dos projetos por meio de apoio indireto, oferecimento de garantias e coordenação política.

Um ponto enfatizado pelos chineses refere-se à premissa da não interferência e ausência da imposição de condicionalidades políticas, historicamente associada à formulação inicial da CID chinesa nos anos 1950. Segundo China (2014, tradução nossa), ao oferecer sua ajuda, o governo

13. O CAD delimita o conceito de AOD aos movimentos que contenham os requisitos de: serem recursos transferidos para países em desenvolvimento; visarem principalmente ao crescimento econômico e ao bem-estar social nos beneficiários; e estarem estruturados como fluxos financeiros semelhantes a empréstimos com elemento de doação não inferior a 25% (OECD, 2020).

chinês baseia-se na igualdade, no respeito à soberania e na não imposição de condicionalidades, no benefício mútuo, além de não contemplar a cooperação como ação assistencial.

Na prestação de assistência externa, a China segue os princípios de não impor condições políticas, não interferir nos assuntos internos dos países beneficiários e respeitar plenamente o direito de escolher de forma independente seus próprios caminhos e modelos de desenvolvimento. Os princípios básicos que a China defende ao fornecer assistência externa são respeito mútuo, igualdade, cumprimento da promessa e benefícios e ganhos mútuos.

Recentemente, é possível observar a expansão da CID chinesa na América Latina, identificada, sobretudo, por meio do aumento dos volumes de empréstimos concessionais e não concessionais (verificados a seguir no estudo) e da institucionalização de metas e mecanismos de cooperação, tanto no âmbito bilateral quanto em relação à região.

Entre os marcos da cooperação multilateral, pode-se mencionar a Cúpula do BRICS (acrônimo para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em Fortaleza em 2014, em que, em sua segunda viagem à América Latina, o presidente Xi Jinping anunciou o Marco de Cooperação 1 + 3 + 6.¹⁴ Adicionalmente, em 2015, comparável ao já estabelecido Fórum de Cooperação China-África (Focac), por meio da consolidação do Fórum China-Celac,¹⁵ a China prometeu aumentar o comércio com a América Latina para US\$ 500 bilhões e investir US\$ 250 bilhões na região na década seguinte. Além disso, o compromisso inclui, notadamente, uma cláusula para a criação de um fundo de US\$ 35 bilhões para financiar projetos nos setores de transporte, portos, estradas, tecnologia da informação e comunicação, eletricidade, entre outros.¹⁶

Finalmente, cabe citar que dimensionar a real extensão da CID chinesa na região é um processo altamente complexo por duas razões principais. Primeiro, devido ao fato de não haver convergência entre os especialistas em torno de uma taxonomia única para classificar a CID chinesa, assim como não há consenso sobre a classificação de muitos instrumentos financeiros que, como os empréstimos garantidos por recursos naturais, constituem uma grande proporção dos fluxos financeiros da China (Strange *et al.*, 2017).

Segundo, o rastreamento dos fluxos de CID da China se desdobra em uma agenda de pesquisa complexa e contestada (Xu e Carey, 2015, p. 3). Isso se deve ao fato de o governo chinês não divulgar periodicamente seu orçamento de ajuda externa. A falta de fontes primárias unificadas e relatórios periódicos contendo informações sobre os fluxos de ajuda resulta em estimativas abrangentes. Portanto, ainda que seja possível inferir o avanço da CID na região devido à compilação sistemática de informações primárias e secundárias sobre projetos financiados, em muitas ocasiões uma análise mais aprofundada sobre esses fluxos é condicionada à realização de estudos direcionados a um ou alguns casos específicos.

14. A fórmula refere-se a um engajamento econômico baseado em um plano com três motores (comércio, investimento e cooperação financeira), que deve se concentrar em seis áreas principais (energia e recursos; infraestrutura; agricultura; manufatura; ciência e tecnologia; e tecnologia da informação) (NIU, 2015).

15. Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

16. O fundo conta com capital inicial de US\$ 20 bilhões do CDB, US\$ 10 bilhões do Chexim e outros US\$ 5 bilhões da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento (National Development and Reform Commission – NRDC) da China.

3 A EXPANSÃO INTERNACIONAL DA CHINA E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS COM A AMÉRICA LATINA

As políticas de reforma e abertura, delineadas em fins da década de 1970, permitiram a integração da China às cadeias de produção e comércio internacionais, contribuindo de forma decisiva para a trajetória de crescimento acelerado do país (Bijian, 2005). Em sintonia com uma postura “integracionista” também em relação às instituições de governança global (Legro, 2010), a China ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, catapultando a sua condição como um dos grandes *players* no comércio internacional.

Nesse contexto de ascensão, a China lançou, no 16º Congresso do PCCh (1999), as diretrizes da estratégia conhecida como Going Global, entendida como um conjunto de políticas coordenadas para elevar os investimentos no exterior e encorajar as empresas relativamente competitivas do país a se internacionalizar em busca de recursos, mercados e tecnologias (Salidjanova, 2011; Jenkins, 2019).

A crise financeira de 2008 e as políticas adotadas para o seu enfrentamento geraram uma série de desequilíbrios sobre o regime de crescimento chinês. A taxa de investimentos do país avançou de 40% para 47% do produto interno bruto (PIB), no período pós-crise, resultando em capacidade ociosa em inúmeras indústrias, tornando-as dependentes de grandes projetos de infraestrutura, da expansão do mercado imobiliário, do endividamento das províncias e dos governos locais, bem como da alavancagem de setores bancário e não bancário (Cintra, Silva Filho e Pinto, 2015).

Nesse contexto, a expansão dos investimentos e dos contratos de construção no exterior mostrou-se como alternativa para exportação do excesso de capacidade produtiva. O próprio surgimento da BRI é interpretado como uma estratégia para lidar com dilemas domésticos desta natureza, na medida em que congregou esforços para manter o ritmo de crescimento, desenvolver províncias no oeste chinês e, sobretudo, assegurar demanda para a indústria pesada por meio de projetos de infraestrutura na Eurásia e além dela (CAI, 2018; Hiratuka, 2018; Mendonça, Ungaretti e Barbosa, 2021).

Desdobrou-se, assim, um processo de ampliação, em termos de alcance e magnitude, da estratégia Going Global,¹⁷ com implicações diretas sobre a América Latina e outras regiões. Além da expansão da exportação de capitais, cabe destacar que a elevação do perfil da inserção internacional da China se mostrou presente em ações diplomáticas orientadas à construção de espaços multilaterais alternativos, em especial no campo financeiro e de infraestrutura¹⁸ (Yan, 2014; Vaz-Pinto, 2014).

Nesse novo contexto, os países latino-americanos passaram a absorver investimentos, empréstimos e projetos de infraestrutura da China especialmente a partir de 2010, em um movimento de diversificação dos vetores das relações econômicas para além dimensão comercial, apresentada na sequência.

17. Em 2014, pela primeira vez, os fluxos de investimento chinês superaram as entradas de IED, tornando sua economia exportadora líquida de capitais. Naquele ano, as empresas chinesas investiram US\$ 116 bilhões em 45 países, cerca de 45 vezes mais que em 2002 (Wang, Qi e Zhang, 2015).

18. Bons exemplos são a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NDB), em 2014, e do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank – AIIB), em 2015. Além destes espaços e do lançamento da própria BRI, em 2013, a China também foi um dos partícipes da Parceria Econômica Regional Abrangente (Regional Comprehensive Economic Partnership – RCEP), ao passo que buscou exercer uma posição de liderança em outros regimes e instituições multilaterais.

3.1 Comércio

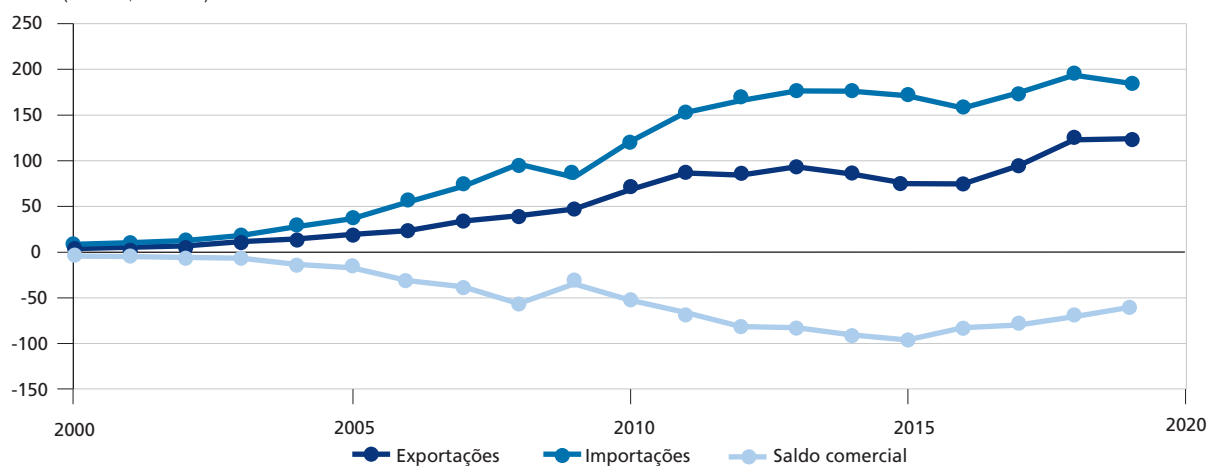
A presença da China na OMC permitiu que o país se tornasse, juntamente com os Estados Unidos, o motor do dinamismo econômico global (Cunha, 2011). O período de crescimento excepcionalmente favorável entre 2003 e 2007 se assentou em desequilíbrios estruturais e em uma relação simbiótica entre as duas economias, na qual os Estados Unidos representavam a principal fonte de dinamismo do lado da demanda, enquanto a China garantia a ampliação da oferta de manufaturas a preços baixos (Pinto, 2010).

Nesse sentido, os processos acelerados de urbanização e modernização, vividos pelo país oriental, demandaram intensivamente matérias-primas e energia, e alavancaram os intercâmbios comerciais com a América Latina e o Caribe (ALC), em especial com a América do Sul, alterando os termos de troca, ao menos temporariamente, em favor dos países exportadores de *commodities*.

GRÁFICO 1

Evolução do comércio exterior da ALC com a China (2000-2019)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: World Integrated Trade Solution (Wits), 2021.

Elaboração dos autores.

Na primeira década dos anos 2000, o crescimento do fluxo de comércio entre a China e a ALC foi bastante exacerbado, atingindo mais de US\$ 188 bilhões, com US\$ 67,8 bilhões em exportações dos países da região. Ao final do período, o país asiático já competia com os eixos tradicionais de comércio da região (Estados Unidos e Europa Ocidental).

As importações chinesas da América Latina aumentaram mais de 40 vezes entre 1999 e 2014, e as exportações para a região, mais de 25 vezes, antes de caírem em 2015, quando houve desaceleração e os preços globais das *commodities* declinaram drasticamente (Jenkins, 2019).

Em geral, os países latino-americanos acumularam déficits comerciais, particularmente a partir de 2010, momento em que se elevaram as importações provenientes da China e o ímpeto das exportações da ALC arrefeceu. Os números agregados, contudo, escondem as diferentes dinâmicas de comércio com a China, dependendo da sub-região ou do parceiro comercial (Prazeres, Bohl e Zhang, 2021).

Diferentes estudos apontam pelo menos dois padrões claramente delineados. O primeiro é identificado com a experiência mexicana e centro-americana, em que predominam déficits com a China; enquanto o segundo é relacionado a alguns países sul-americanos, em que é possível mapear superávits sustentados pela explosão das exportações de produtos primários e energéticos (Cunha, 2011; Wise, 2020). Nestes casos, ressalta-se a concentração da pauta exportadora em poucas *commodities* e a sua compartimentação em alguns países (Pecequilo, 2013; Vadell, 2013).

Apenas cinco *commodities* corresponderam a cerca de 70% das exportações latino-americanas para a China (tabela 1).

TABELA 1

Principais produtos exportados pela ALC para a China (2015-2019)
(Em %)

<i>Commodity</i>	Participação nas exportações da ALC para a China	Principais países exportadores
Soja e outras oleaginosas	20,6	87 (Brasil) 12 (Argentina)
Petróleo cru	16,2	51 (Brasil) 31 (Venezuela) 13 (Colômbia)
Minério de cobre e concentrados	14,6	47 (Chile) 41 (Peru)
Minério de ferro e concentrados	10,1	88 (Brasil)
Cobre refinado	8,5	82 (Chile) 10 (Peru)
Total (cinco principais)	69,9	51 (Brasil) 20 (Chile) 11 (Peru) 8 (Venezuela)

Fonte: Ray, Albright e Wang (2021).
Elaboração dos autores.

Os países latino-americanos, portanto, vêm reduzindo o já baixo conteúdo tecnológico de suas exportações para a China, concentradas em poucas matérias-primas. A tendência contrasta com as exportações chinesas para a região, em grande maioria compostas por produtos eletrônicos e mecânicos e com um crescente grau de sofisticação tecnológica (Rodrigues, 2021; Santos, Camoça e Rodrigues, 2020).

Essa dinâmica suscita questionamentos a respeito da conformação de uma relação de dependência, ou de interdependência assimétrica (Vadell, 2013), marcada por termos de troca que se assemelham aos padrões de natureza centro-periferia (Bernal-Meza, 2019). Nesse contexto, são sublinhados os receios a respeito dos riscos referentes à primarização da pauta exportadora e à desindustrialização, tornando a região vulnerável às oscilações dos preços internacionais de *commodities* e à demanda chinesa.

Para Bernal-Meza (2019), a América Latina, por meio da especialização produtiva e do comércio interindustrial,¹⁹ acaba por desempenhar um papel subordinado na estratégia de expansão econômica global da China, em um movimento de incorporação dependente das dinâmicas de desenvolvimento do país asiático. Outra externalidade decorrente da crescente penetração de produtos chineses na região diz respeito

19. Jenkins (2019) lembra que as trocas comerciais entre China e América Latina são de natureza interindústria, e não intraindústria, com poucas transações de partes e componentes, característicos de intercâmbios nas cadeias globais de valor (CGVs).

à queda relativa dos vizinhos nos intercâmbios comerciais intrarregionais de produtos manufaturados, com implicações negativas para países como o Brasil (Santos, Camoça e Rodrigues, 2021).

Em contrapartida, geralmente é lembrado que a expansão do comércio com a China contribuiu para que algumas economias sul-americanas pudessem acumular divisas, melhorar as contas externas e flexibilizar as políticas econômicas, principalmente durante a década de 2000 e após a crise financeira de 2008. Em relação aos países exportadores de minérios e de petróleo e derivados, a ascensão chinesa implicou crescimento econômico e expansão dos mercados internos (Medeiros e Cintra, 2015).

3.2 IED

As relações China-América Latina iniciaram a segunda década do século XXI com forte engajamento chinês, com destaque para um processo de ingresso massivo de investimentos diretos (Avendano, Melguizo e Milner, 2017).

Diferentes fontes (apêndice) objetivam captar esse movimento, como o American Enterprise Institute (AEI) e a Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China (Red ALC-China). Outras bases, como a produzida pelo Ministério do Comércio da China (Ministry of Commerce of the People's Republic of China – Mofcom) e a fDi Markets, foram consultadas para checagem de dados específicos, como a de anúncios de novos investimentos.²⁰

TABELA 2

Fluxos de IED chinês para a ALC (2005-2020)

(Em US\$ milhões)

	AEI	Red ALC-China	Mofcom ¹
2005	1.920	103	6.466
2006	430	4.241	8.469
2007	1.530	2.162	4.902
2008	2.480	3.920	3.677
2009	2.410	5.533	7.328
2010	23.380	23.485	10.538
2011	10.550	10.711	11.936
2012	3.320	1.647	6.170
2013	7.710	10.889	14.359
2014	12.270	12.650	10.547
2015	4.710	11.151	12.610
2016	17.420	7.899	27.277
2017	10.520	16.370	14.077
2018	15.740	15.595	14.609
2019	9.300	17.328	6.394
2020	5.060	11.464	-
Total	128.750	155.148	159.359

Fonte: AEI (2021), Red ALC-China (2021a) e Mofcom.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Dados do Mofcom disponíveis até 2019.

20. Além delas, vale mencionar os estudos e compilados produzidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), pelo Atlantic Council, pelo Global Development Policy Center (GDPC), entre outras instituições.

Em relação aos dados de AEI (2021) e Red ALC-China (2021a), é possível observar que ambas as instituições capturam com relativo sucesso dados acerca da chegada de investimentos chineses à região a partir de 2010.²¹ As informações da Mofcom têm caráter oficial, mas podem distorcer o entendimento acerca do destino final dos fluxos de investimentos, particularmente em razão da prática recorrente das empresas de canalizar recursos por meio de terceiros países (Velásquez, 2017).

A despeito das dissonâncias metodológicas (apêndice), as bases não divergem em relação aos principais destinos de IED da China na região (tabela 3).

TABELA 3

Destinos de IED chinês na América Latina

Base de dados	AEI			Red ALC-China		
	País	Montante (US\$ milhões)	%	Posição	Montante (US\$ milhões)	%
Brasil	58.130	45	1 ^a	52.599	34	1 ^a
Peru	24.890	19	2 ^a	28.512	18	2 ^a
Chile	14.250	11	3 ^a	19.651	13	3 ^a
Argentina	10.020	8	4 ^a	13.100	8	5 ^a
Equador	6.170	5	5 ^a	3.432	2	8 ^a
Venezuela	4.570	4	6 ^a	3.206	2	9 ^a
México	2.840	2	7 ^a	13.533	9	4 ^a
Colômbia	1.780	1	8 ^a	4.951	3	6 ^a
Guiana	1.670	1	9 ^a	3.501	2	7 ^a
Outros	4.430	3	-	12.663	8	-
Total	128.750	100	-	155.148	100	-

Fonte: AEI (2021) e Red ALC-China (2021a).
Elaboração dos autores.

Do ponto de vista setorial, as informações presentes na base da AEI sugerem uma representação combinada de 49% dos investimentos em petróleo e gás e mineração,²² entre 2005 e 2020. Diante dessa representação, uma primeira constatação seria a de que a busca por recursos (*resource seeking*) constitui um determinante central para compreender o panorama das inversões chinesas na América Latina, uma vez que contribui para assegurar a continuidade do crescimento e a segurança energética do país.

Os dados da Red ALC-China também reforçam a impressão de que o interesse primordial dos investimentos chineses segue atrelado à obtenção de recursos naturais, principalmente (Rodrigues e Hendler, 2018; Wise, 2020), conforme sugere o gráfico 2.

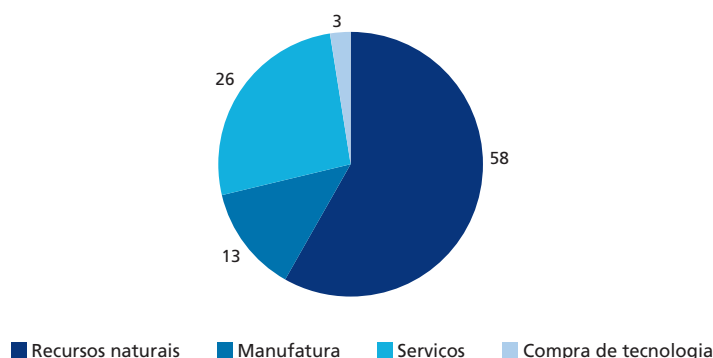
21. As bases apresentam trajetórias relativamente similares até 2015, com divergências entre 2016 e 2019. As convergências, sugere Cariello (2021), novamente aparecem em 2020, quando as duas fontes registraram quedas nos investimentos chineses, com redução de 57% de acordo com AEI (2021) e de 37% segundo Red ALC-China (2021a).

22. Considerando que os dados da AEI para o setor energético não o discriminam em relação à sua atividade (extração, exploração, geração, distribuição e transmissão), mas sim em relação à sua fonte (petróleo, gás, hidrelétrica e fontes alternativas), foram selecionadas as inversões categorizadas como "petróleo" e "gás". Além disso, foram acrescentadas outras cinco transações, que, embora sem classificação na base de dados, se tem conhecimento de que sucederam nos setores de petróleo e gás, como é o caso dos investimentos da China National Oil Offshore Corporation (CNOOC) e da China Petroleum and Chemical Corporation (Sinopec) na Argentina, entre 2010 e 2011 (Ludeña, 2017). Ao total, são cerca de US\$ 41 bilhões em investimentos nos setores de petróleo e gás e outros US\$ 22 bilhões em atividades de mineração.

GRÁFICO 2

Distribuição setorial do IED chinês na América Latina (2005-2020)

(Em %)



Fonte: Red ALC-China (2021a).

Elaboração dos autores.

Em termos evolucionários, contudo, os dados da Red ALC-China (2021a) ilustram um declínio dos investimentos focados em recursos naturais (tabela 4).

TABELA 4

Distribuição setorial do IED chinês, em períodos selecionados

	Recursos naturais		Manufatura		Serviços e mercado doméstico		Compra de tecnologia	
	Montante (US\$ milhões)	%	Montante (US\$ milhões)	%	Montante (US\$ milhões)	%	Montante (US\$ milhões)	%
2005-2010	27.992	71	3.512	9	7.940	20	-	-
2011-2015	28.246	60	5.337	11	13.369	28	96	0
2016-2020	34.092	50	11.363	17	19.412	28	3.790	6
2005-2020	90.329	58	20.212	13	40.721	26	3.886	3

Fonte: Red ALC-China (2021a).

Elaboração dos autores.

A análise da evolução setorial, quando entrelaçada às modalidades de entrada (*greenfield* e *brownfield*), permite delinear um panorama mais abrangente. Em relação às fusões e aquisições (*brownfield*), houve dois momentos distintos. Entre 2005 e 2014, predominaram as inversões em atividades extrativas, sobretudo em petróleo e gás (quadro 1). No período entre 2015 e 2020, houve aquisições importantes no setor de eletricidade,²³ inicialmente no Brasil e, depois, no Chile e no Peru (quadro 2).

23. Albright, Ray e Liu (2022) calculam, inclusive, que, nos últimos cinco anos, o setor de eletricidade correspondeu a 70% das aquisições chinesas na ALC.

QUADRO 1

Principais fusões e aquisições de empresas chinesas no setor de petróleo e gás na América Latina (2005-2020)

	País do ativo	Empresa	Ativos adquiridos	País vendedor	Montante (US\$ bilhões)
2006	Colômbia	Sinopec	Omimex de Colombia (50%)	Colômbia	0,8
2006	Equador	Andes Petroleum ¹	EnCana	Canadá	1,42
2011	Trinidade e Tobago	China Investment Corporation (CIC)	GDF Suez (10%)	França	0,85
2010	Brasil	Sinochem	Campo de Peregrino (40%)	Noruega	3
2010		Sinopec	Repsol (40%)	Espanha	7,1
2011		Sinopec	Petrogal Brasil (30%)	Portugal	4,8
2010	Argentina	CNOOC ²	Bridas (50%)	Argentina	3,1
2011		Sinopec	Occidental Petroleum (Oxy)	Estados Unidos	2,45
2014	Peru	Sinopec	Petrobras Energia Peru	Brasil	2,6

Fonte: Cepal (2021).

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Empresa subsidiária da China National Petroleum Corporation (CNPC).

² Transação inserida com base em AEI (2021) e Ludeña (2017).

Além do setor de petróleo, aquisições relevantes ocorreram no setor mineral, em especial nos mercados brasileiro e peruano. No Brasil, houve a aquisição, por US\$ 1,95 bilhão, de 15% da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), por um consórcio composto por Citic Group, Anshan Iron and Steel, Baosteel, Shougang e Taiyuan Iron and Steel. A aquisição mais impactante ocorreu no Peru, em 2014, quando um consórcio, liderado pelo Mineral Metals Group (MMG),²⁴ adquiriu a mina de cobre de Las Bambas por US\$ 5,85 bilhões, fato que representou o maior investimento chinês no país (Ungaretti e Haffner, 2020).

A transição para o setor de eletricidade se deu em grande medida por conta das mudanças estruturais da economia chinesa, que levaram à internacionalização de conglomerados como a State Grid e a China Three Gorges (CTG) em busca de novos mercados, acrescentando interesses vinculados com a exportação de equipamentos, serviços e tecnologias para os países da região (Dussel Peters, 2019).

QUADRO 2

Principais fusões e aquisições de empresas chinesas no setor elétrico da América Latina (2005-2020)

	País do ativo	Empresa	Ativos adquiridos	País vendedor	Montante (US\$ bilhões)	
2010	Brasil	State Grid Corporation of China	Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo (Etim)	Espanha	1,72	
2012			Torres de transmissão em alta tensão	Espanha	0,94	
2017			CPFL Energia (94,75%)	Brasil	9,9	
2015		CTG	CTG	Hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira	Brasil	3,6
2016				Duke Energy International Brasil Ltda.	Estados Unidos	1,2
2017		State Power Investment Corporation (SPIC)	Hidrelétrica São Simão	Brasil	2,2	
2019		China General Nuclear Power Group (CGN)	Duas usinas solares e um parque eólico	Itália	739	
2018	Chile	China Southern Power Grid Company Limited	Transec (27,7%)	Canadá	1,3	
2020		State Grid Corporation of China	Chilquinta Energia S/A, Tecnoed S/A	Estados Unidos	2,23	
2020			Naturgy (96%)	Espanha	3	
2019	Peru	CTG	Empresa de Generación Huallaga S/A	Peru e Brasil	1,39	
2020		China Yangtze Power Company Limited ¹	Luz del Sur (83,6%)	Estados Unidos	3,59	

Fonte: AEI (2021), Barbosa (2021), Cepal (2021), Cariello (2021), Ray, Albright e Wang (2021).

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Empresa subsidiária da CTG.

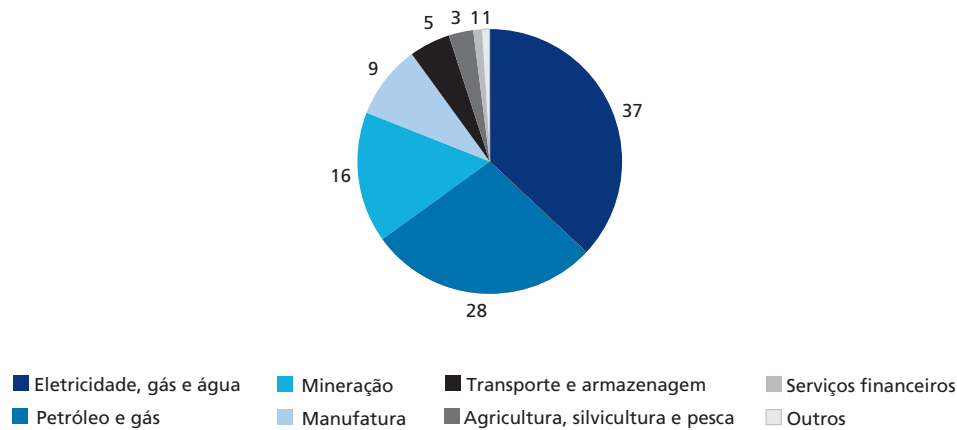
24. Empresa controlada pela estatal chinesa Minmetals.

Como resultado, o setor elétrico se tornou o mais representativo nesta modalidade de entrada nos mercados da América Latina, sendo seguido por petróleo e gás e mineração (gráfico 3). Os três setores somaram cerca 81% das fusões e aquisições desde 2005.

GRÁFICO 3

Distribuição setorial das fusões e aquisições chinesas na América Latina (2005-2020)

(Em %)



Fonte: Cepal (2021).
Elaboração dos autores.

Os determinantes das fusões e aquisições parecem superar a dimensão dos recursos, passando a ser associadas à busca de mercados (*market seeking*).²⁵ Neste sentido, companhias como a State Grid expandiram suas operações como forma de compensar a saturação do mercado doméstico chinês, adquirindo fatias de mercado em economias com potencial de crescimento. Além disso, cumpriram o papel de exportar os equipamentos e insumos produzidos na China e projetar globalmente padrões de engenharia e tecnologia, ao mesmo tempo que aproveitaram oportunidades de mercado.

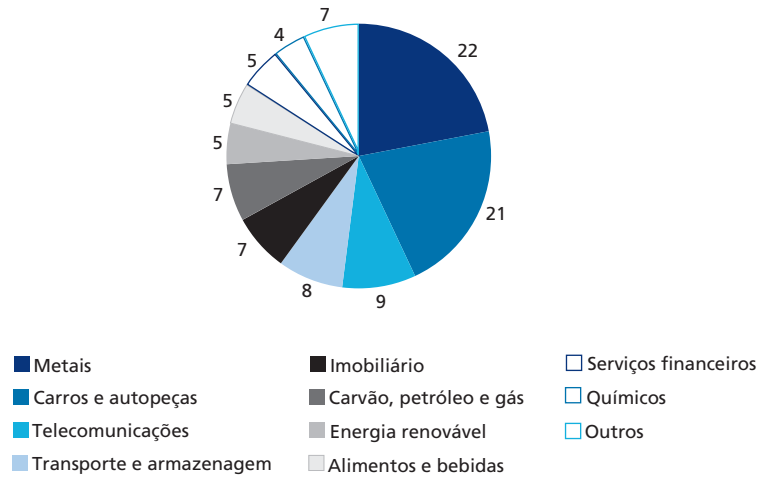
Os novos investimentos (*greenfield*), por sua vez, apresentaram maior diversificação. Os três principais setores (metais, carros e autopeças e telecomunicações) concentraram cerca de 52% das inversões registradas, entre 2005 e 2020 (gráfico 4).

25. Essa tipologia se caracteriza pela busca em satisfazer um determinado mercado estrangeiro, ou um conjunto de mercados, sendo o investimento orientado pela demanda. Ou seja, relaciona-se com a procura de dotações imóveis localizadas fora das fronteiras do país de origem, como tamanho do mercado, renda *per capita*, estrutura do mercado, acesso a mercados regionais e globais etc. Para mais detalhes, ver Dunning (2000).

GRÁFICO 4

Distribuição setorial dos anúncios de novos investimentos (*greenfield*) da China na América Latina (2005-2020)

(Em %)



Fonte: fDi Markets/*Financial Times*.
Elaboração dos autores.

O setor de metais, que engloba tanto a atividade extrativa (primária) quanto a fabricação de metais (secundária ou industrial), destacou-se entre os novos investimentos. Os empreendimentos de natureza extrativa, localizados principalmente no Peru, são os mais significativos, representando cerca de três quartos do total. Os investimentos na manufatura de metais são mais numerosos, mas com montantes menores, sendo a maioria localizada no México (Cepal, 2021).

No setor automotivo, empresas como Chery Auto, JAC, Great Wall Motors e Geely anunciaram investimentos em novas instalações para a montagem de veículos na América Latina, especialmente no Brasil e no México, embora outros países também tenham recebido aportes, como Argentina, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Venezuela (Avendano, Melguizo e Miner, 2017; Cepal, 2021).

Huawei, Xiaomi e ZTE têm liderado os investimentos em telecomunicações, com parcela importante desses aportes associada com atividades de vendas e *marketing*, ainda que as operações de maior magnitude se vinculem com licitações para a construção de infraestruturas. Em relação às energias renováveis,²⁶ as empresas chinesas anunciaram projetos de investimento especialmente em energia solar, bem como em projetos hidrelétricos (Cepal, 2021).

Conforme o esperado, o papel das empresas estatais chinesas (*State-owned enterprises* – SOEs) se revelou bastante forte na ALC, a exemplo do ocorrido entre países signatários da BRI de todo o mundo. Dussel Peters (2015) sublinha a “onipresença do setor público” nos investimentos chineses na América Latina. De acordo com dados de Red ALC-China (2021b), as empresas estatais foram responsáveis por 78% dos aportes entre 2005 e 2020, com uma média de US\$ 579 milhões por transação.²⁷

26. Entre 2015 e 2020, os novos investimentos em energia renovável somaram cerca de US\$ 3 bilhões – aproximadamente 13% do montante do total.

27. As empresas privadas até correspondem a uma maior quantidade de investimentos (254 no total), embora com uma média de US\$ 136 milhões por projeto.

O peso das estatais sugere que a racionalidade dos investimentos não se limita a condicionantes econômicos. Envolve, além disso, motivações de natureza extraeconômica, transparecendo uma lógica de Estado que se orienta também pela possível projeção de influência e ampliação do poder nacional (Santos e Milan, 2014; Rodrigues e Hendler, 2018).

Além de contribuírem para assegurar a segurança energética, diversificar os parceiros no mundo em desenvolvimento e ampliar a presença na economia internacional, os investimentos das estatais também servem a interesses estratégicos associados com a mudança estrutural da economia chinesa (Pecequillo, 2013; Vadell, 2013). Desta forma, a expansão das SOEs, sobretudo aquelas vinculadas com atividades de construção e infraestrutura, contribui para compensar a saturação do mercado interno, aliviar a pressão sobre o excesso de capacidade produtiva e exportar serviços e tecnologias chineses (Avendano, Melguizo e Miner, 2017).

O IED da China é, portanto, parte integrante e fundamental das relações econômicas com a América Latina, constituindo um vetor pelo qual o país asiático busca assegurar seus interesses econômicos e estratégicos (Jenkins, 2019).

3.3 Financiamentos

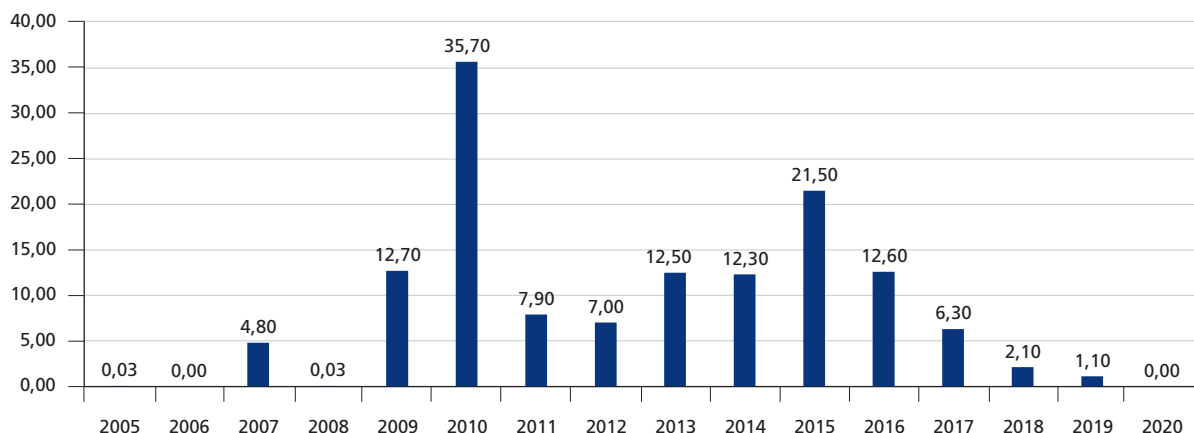
A elevação da presença chinesa na ALC também englobou a liberação de empréstimos e financiamentos aos governos e às empresas chinesas que operam na região. O CDB e o Chexim foram os principais veículos para as operações de crédito de entidades chinesas na ALC durante a última década, sendo engrenagens centrais na tática de internacionalização inaugurada com a estratégia Going Global (Jenkins, 2019).

Liu, Xu e Fan (2020) argumentam que essas instituições são plataformas das ações de CID “com características chinesas”, abrangendo doações, empréstimos sem juros, empréstimos concessionais e não concessionais, créditos para exportação e investimento, entre outros instrumentos. Não há uma forma singular nas operações de crédito chinesas, havendo diferentes formatos e graus variados entre ajuda externa e empréstimos a taxas de mercado (Malacalza, 2019).

GRÁFICO 5

Operações de crédito do CDB e do Chexim na ALC (2005-2020)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: Gallagher e Myers (2021).

Elaboração dos autores.

A despeito da redução dos empréstimos e financiamentos nos últimos anos, as operações de crédito do CDB e do Chexim, entre 2005 e 2017, excederam os financiamentos combinados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aos países da região (Koleski e Blivas, 2018). Os bancos de política também são responsáveis por gerir fundos regionais de investimento, realizar operações de cofinanciamento ou auxiliar as empresas chinesas com presença na região (Myers e Ray, 2021).

Em termos agregados, são cerca de US\$ 136 bilhões em aportes desde 2005. Deste total, US\$ 97,9 bilhões estão comprometidos pelo CDB e US\$ 25 bilhões, pelo Chexim.²⁸ Quanto ao número de operações de crédito, o Chexim liberou 54 no total; enquanto o CDB liberou 40 (Gallagher e Myers, 2021).

A presença ostensiva dos bancos chineses gerou debates a respeito das dinâmicas da cooperação financeira praticadas pela China. De um lado, enfatizam-se o princípio da não intervenção dessas instituições e o caráter sul-sul do modelo de cooperação chinês, que desafia os postulados da AOD promovidos pela OCDE (Lin e Wang, 2017; Liu, Xu e Fan, 2020). Do outro, há críticas em relação à opacidade dos contratos de empréstimo e ao descompasso entre as condições de governança e de práticas ambientais²⁹ impostas por instituições tradicionais, como o Banco Mundial e o CDB, especialmente (Horn, Reinhart e Trebesch, 2019). Koleski e Blivas (2018) também questionam práticas que atrelam os empréstimos à compra de produtos e à contratação de serviços de construção e engenharia chineses, fatores limitadores em termos de criação de emprego, construção de capacidades locais e estímulos para a demanda de produtos e serviços locais.

Há, portanto, limites e oportunidades associados aos financiamentos chineses na ALC, cuja distribuição geográfica é bastante concentrada. Apenas quatro países (Venezuela, Brasil, Equador e Argentina)³⁰ foram responsáveis por absorver 93% dos aportes do CDB e do Chexim entre 2005 e 2020.³¹

Recaj (2020) recorda que, com exceção do Brasil, os outros três grandes receptores de empréstimos passaram, nas últimas décadas, por graves problemas de acesso aos mecanismos internacionais de crédito, tendo em vista a orientação de suas políticas macroeconômicas e o histórico de declaração de moratória (Equador e Argentina), além do discurso antiliberal e dos tensionamentos no relacionamento com os Estados Unidos. Nos casos de Equador e Venezuela, os empréstimos por petróleo (*loans for oil*) tornaram-se uma alternativa para tornar as operações mais seguras para os chineses, permitindo, consequentemente, o desenvolvimento de projeto com taxas de juros razoáveis.³²

A Petrobras, diante de um cenário adverso, que combinou os impactos da Operação Lava Jato com a queda no preço internacional do petróleo, também firmou com o CDB acordos nesta modalidade.

28. Há, ainda, US\$ 13,9 bilhões em linhas de crédito que envolvem operações de cofinanciamento do CDB e do Chexim com instituições como o Banco Industrial e Comercial da China (Industrial and Commercial Bank of China – ICBC).

29. Garzón *et al.* (2021) constataram que o CDB não possui sequer um documento público que explicita suas políticas ambientais e sociais, e também não conta com um departamento para avaliar impactos ambientais dos projetos.

30. A Venezuela lidera com 45,4% do total dos aportes de créditos chineses, sendo seguida por Brasil (21,7%), Equador (13,4%) e Argentina (12,5%).

31. O percentual restante se fragmentou em 14 países da região, que receberam 43 operações de crédito das instituições chinesas (Gallagher e Myers, 2021).

32. Segundo Bräutigam e Gallagher (2014), a negociação desse tipo de financiamento envolve o Ministério das Finanças do país destinatário do empréstimo, a empresa exportadora da *commodity* e a empresa chinesa importadora, bem como o ministério responsável pelo projeto objeto de financiamento. O governo que toma o recurso assina o contrato com o banco chinês, e os rendimentos de um valor especificado da exportação (geralmente em quantidade) são depositados em uma conta de garantia com o banco chinês e sacados para reembolsar o aporte, usualmente vinculado a um contrato de construção com uma firma chinesa.

Entre 2005 e 2017, a estatal teve um papel proeminente nas operações de crédito realizadas junto às entidades chinesas no Brasil, recebendo um total de US\$ 25 bilhões durante o período, dos quais cerca de 68% (US\$ 17 bilhões) se relacionaram com acordos de crédito vinculados com suprimento de petróleo (Hiratuka e Deos, 2019).

Em termos setoriais, os empréstimos institucionais se dirigem em sua maioria para os setores de energia e infraestrutura, que, em conjunto, somam 86% do total. Recaj (2020) argumenta que, diferentemente do capital ocidental, que diversifica seus financiamentos em diversas atividades, o capital chinês focaliza os setores extrativos e de infraestrutura. Há, neste sentido, uma certa complementaridade entre os créditos chineses e os bancos multilaterais tradicionais (Gallagher, 2016).

No setor de energia, os financiamentos chineses se direcionaram a projetos de exploração e extração de petróleo e construção de hidrelétricas, bem como projetos em usinas eólicas e parques solares. Em relação à infraestrutura de transportes, houve a liberação de créditos para a construção e a modernização de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos. Há, ainda, projetos de infraestrutura social, envolvendo a construção de escolas, hospitais e obras de mobilidade urbana (Dussel Peters, 2020b).

Cabe mencionar, entretanto, a queda nos empréstimos do CDB e do Chexim, ocorrida por uma série de razões, intimamente ligadas à recuperação econômica doméstica do país asiático (Myers e Ray, 2021). Ainda em 2016, houve pressões políticas internas para a redução de aportes no exterior, possivelmente decorrentes do recuo no volume de reservas internacionais da China, bem como a reavaliação de custos e benefícios dos projetos e a capacidade de pagamento dos países destinatários, como a Venezuela e o Equador (Mingey e Kratz, 2021; Myers e Ray, 2021).

Nesse contexto de reestruturação, os bancos comerciais chineses elevaram sua presença na ALC. Além do ICBC, há ainda outros três bancos comerciais que conformam o chamado *big four*: Banco da China (Bank of China – BOC), Banco de Construção da China (China Construction Bank – CCB) e Banco de Agricultura da China (Agricultural Bank of China – ABC).

Os bancos comerciais vêm expandindo sua presença na América Latina desde o lançamento da BRI, embora a um ritmo mais acentuado a partir de 2018, quando a região foi oficialmente incorporada à iniciativa. Entre 2012 e 2020, foram registrados 40 empréstimos,³³ 17 apenas em 2019 e 2020. Houve predominância por parte do ICBC, responsável por 32 operações de crédito na região (Myers, 2021).

A Argentina recebeu 40% do número de empréstimos, possivelmente em razão da presença do ICBC no país após a compra do Standard Bank Argentina, em 2011 (Myers, 2021). Assim como os empréstimos do CDB e do Chexim, os setores de energia e infraestrutura se sobressaíram, computando por 60% e 27%, respectivamente.

No setor de energia, houve 24 projetos, sendo 15 deles no setor de petróleo e gás; 4 em energias renováveis; e outros 4 no setor hidrelétrico.³⁴ Adicionalmente, foram identificados 5 projetos em infraestrutura de transportes, com destaque para o apoio do CCB à expansão do porto de São Luís,

33. Myers (2021) ressalta a dificuldade em mapear os valores dos créditos liberados por parte dos bancos comerciais, visto que sua atuação se encontra bastante atrelada ao financiamento de projetos por meio da formação de consórcios de credores.

34. Somente a Argentina tem nove projetos em petróleo e gás, bem como três em energias renováveis. O ICBC aportou recursos para a construção dos parques eólicos de Loma Blanca e Miramar em 2019, sugerindo um maior interesse em projetos em energia eólica e solar (Myers e Ray, 2021).

no Brasil. Os bancos comerciais ainda financiaram 5 projetos em infraestrutura social, como a construção de um sistema de controle de enchentes no Equador e um hospital geriátrico no Chile.

3.4 Projetos de infraestrutura

Os contratos de construção (ou projetos de infraestrutura) empreendidos por empresas chinesas em outros países representam uma forma adicional de internacionalização ou ampliação da presença da China no exterior (Jenkins, 2019). Na América Latina, esses projetos são geralmente realizados sob a modalidade de contratação e têm se ampliado na última década, refletindo também tendências globais a respeito do próprio desenvolvimento da BRI e da conformação de uma globalização com características chinesas³⁵ (Cepal, 2021; Dussel Peters, 2020b).

Os projetos de infraestrutura se diferenciam dos fluxos de IED, pois estes apresentam dinâmicas distintas, embora integrem um mesmo ecossistema de interações econômicas. Os contratos de construção não envolvem propriedade. São entendidos como um serviço prestado a um cliente mediante um contrato, usualmente resultante de um processo de licitação, embora também possam ocorrer por meio de designação direta (Dussel Peters, 2020b; 2021a).

Os projetos abrangem, sobretudo, atividades de construção, embora também possam envolver serviços de concepção, desenho, monitoramento, manutenção ou operação de infraestrutura, por exemplo, sob múltiplas fontes de financiamento (pública, privada, nacional, estrangeira etc.), permanecendo a propriedade com o cliente (Dussel Peters, 2020b; 2021a).

A experiência acumulada pelas empresas chinesas em obras de infraestrutura é fato amplamente conhecido (Gransow, 2015; Chauvet *et al.*, 2020), assim como a lacuna de infraestrutura dos países em desenvolvimento. Essa complementaridade entre ofertantes e demandantes é determinante para a evolução recente da Nova Rota da Seda.

A capacidade técnica das empresas chinesas se soma ao seu acesso a financiamento, em especial por meio dos empréstimos dos bancos de política chineses. Com isso, há inúmeras oportunidades de cooperação com os países latino-americanos, que apresentam enorme déficit de infraestrutura.³⁶

A cobertura e a qualidade insuficientes de diversos serviços (água, eletricidade, saneamento etc.) criam obstáculos ao crescimento econômico sustentável e inclusivo, bem como a consecução das metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas (Chauvet *et al.*, 2020). Em contrapartida, a China tem interesse em exportar serviços e tecnologias e aliviar seu excesso de capacidade produtiva.

Por conta dessas possíveis sinergias, as autoridades do país asiático identificaram a infraestrutura como aspecto prioritário em seu relacionamento com a América Latina (Niu, 2018). Os governos da ALC, por sua vez, observam a China como parceiro em potencial, que também detém *expertise*

35. A ideia de “globalização com características chinesas” enfatiza a centralidade da infraestrutura nas iniciativas chinesas no plano internacional, em especial a BRI, diferenciando-se do padrão de globalização ocidental, predominante nas últimas décadas, atrelado à liberalização financeira e à desregulamentação das economias nacionais. O desenvolvimento da Nova Rota da Seda parte justamente do objetivo de Pequim de remodelar o ambiente internacional de forma favorável aos seus interesses. Para mais detalhes, ver Vadell, Secches e Burger (2019) e Pautasso, Doria e Nogara (2020).

36. O reduzido investimento em infraestrutura na América Latina não é um dado recente. O investimento caiu acentuadamente desde o final da década de 1980, quando mais de 4% do PIB era investido. Esse percentual nunca foi recuperado, particularmente nas maiores economias (Brasil, México e Argentina). O resultado é uma lacuna acumulada significativa de infraestrutura. É estimado que essa lacuna gire em torno de US\$ 150 bilhões anuais, ou 2,5% do PIB da região. Para mais detalhes, ver Cavallo e Powell (2019) e Cavallo, Powell e Serebrisky (2020).

técnica. Desta forma, há possibilidades de a China contribuir para preencher a lacuna de infraestrutura da região, sobretudo no marco da BRI, consequentemente atenuando os gargalos que impedem o desenvolvimento da região (Pautasso *et al.*, 2020; Gransow, 2015).

A existência de desafios relacionados à análise de custos e benefícios de projetos é um dilema presente (Koleski e Blivas, 2018). Outros riscos, para os países da região, se vinculam à construção de capacidades de empresas locais no longo prazo, tendo em vista a preferência chinesa por contratos de construção convencionais e a prioridade concedida ao emprego de insumos, equipamentos e tecnologia de fornecedores chineses (Chauvet *et al.*, 2020).

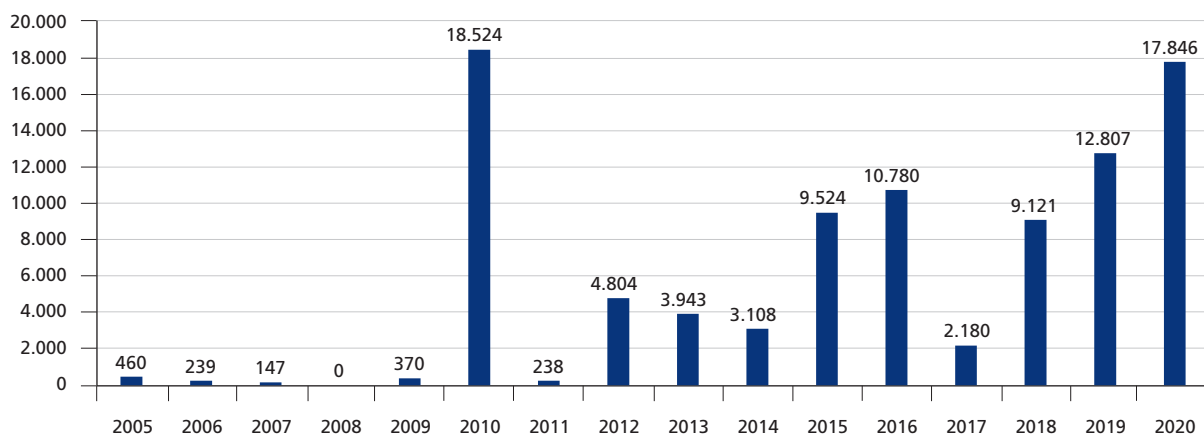
Considerando essa ambivalência, é importante pontuar que os projetos de infraestrutura, ao contrário de transações como a aquisição de ativos existentes, exigem conhecimento local, demandando também processos de aprendizagem em termos de licitações, regulamentos trabalhistas, normas ambientais etc. (Dussel Peters, 2020b; 2021a).

Desde 2005, houve 138 projetos de infraestrutura envolvendo empresas chinesas na ALC, os quais somaram US\$ 94 bilhões (gráfico 6).

GRÁFICO 6

Projetos de infraestrutura envolvendo empresas chinesas na América Latina (2005-2020)

(Em US\$ milhões)



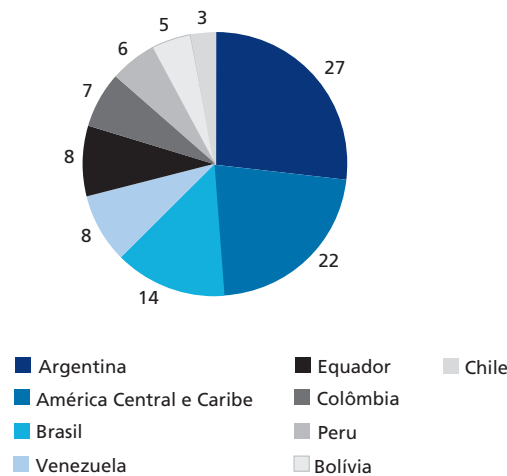
Fonte: Red ALC-China (2021b).

Elaboração dos autores.

Os países sul-americanos constituem mercado para cerca de 78% do total dos contratos (gráfico 7). Entretanto, existem projetos representativos em países centro-americanos e caribenhos, tais como a Estrada Norte-Sul na Jamaica (US\$ 730 milhões); a ampliação da refinaria de Cienfuegos em Cuba (US\$ 5 bilhões); a Quarta Ponte sobre o canal do Panamá (US\$ 1,5 bilhão); e a construção do Trem Maia no México (US\$ 630 milhões).

Na América do Sul, é importante destacar que os quatro principais receptores de operações de crédito dos bancos de política chineses concentraram 57% dos projetos, sugerindo correlação entre os empréstimos e financiamentos chineses e as obras de infraestrutura sob modalidade de contratação (Cepal, 2018; 2021).

GRÁFICO 7

Projetos de infraestrutura envolvendo empresas chinesas na ALC, por país (2005-2020)
(Em %)

Fonte: Red ALC-China (2021b).
Elaboração dos autores.

O quadro 3 sintetiza os projetos de infraestrutura em países selecionados, incluindo os que não aderiram à BRI.

QUADRO 3

Síntese dos projetos de infraestrutura envolvendo empresas chinesas na ALC, por país (2005-2020)

País	Número de projetos	Montante (US\$ milhões)	BRI	Observações
Argentina	25	25.226	Sim	Obras públicas de transporte ferroviário, energia hidrelétrica, parques solares, usinas eólicas, distribuição de gás e serviços públicos de saneamento
Brasil	17	12.773	Não	Destaque para construção das duas linhas de transmissão da usina Belo Monte com a participação da empresa State Grid
Venezuela	10	8.063	Sim	Projetos com forte associação às atividades de geração de energia no setor de petróleo e gás
Equador	19	8,02	Sim	Os projetos situaram-se especialmente no setor energético, com financiamentos e prestação de serviços de construção e engenharia para um conjunto de sete projetos hidrelétricos
Colômbia	5	6,5	Não	O projeto de maior relevância diz respeito à construção do metrô de Bogotá (US\$ 3,4 bilhões), a cargo da estatal China Communications Construction Company (CCCC)
Peru	8	5,28	Sim	Entre os projetos, cabe destacar a hidrelétrica de San Gaban (US\$ 500 milhões), bem como outros quatro projetos no setor de telecomunicações, em 2019
Bolívia	13	4,7	Sim	Projetos em energia, transportes e comunicações, com destaque para a construção da hidrelétrica Rositas e da estrada Cochabamba-Santa Cruz
Chile	8	2,45	Sim	Os contratos se distribuem em duas obras voltadas à ampliação de terminais portuários, havendo também projetos nos setores de transporte e telecomunicações

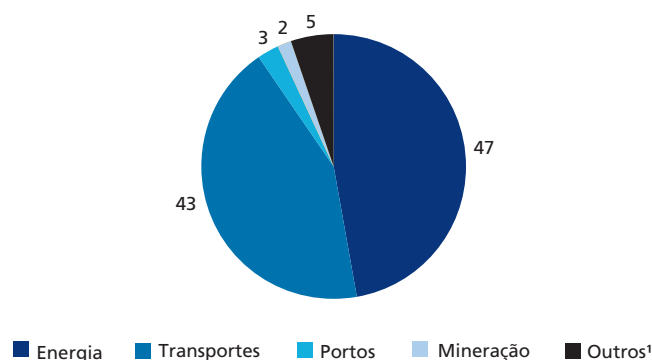
Fonte: Red ALC-China (2021b).
Elaboração dos autores.

A distribuição setorial dos projetos contratados na ALC reforça a centralidade dos setores de energia e transportes no campo da infraestrutura (gráfico 8). Os mais de cinquenta projetos no setor energético totalizaram US\$ 44,4 bilhões, e abarcaram centrais hidrelétricas, usinas de energia eólica e solar, redes de transmissão e projetos de gás e petróleo, assim como um projeto de energia nuclear na Argentina (Cepal, 2021). O destaque recai para os dezenove projetos hidrelétricos na região (US\$ 14,4 bilhões), abrangendo contratos em Equador, Argentina, Venezuela, Peru, Bolívia, Belize e Honduras.

GRÁFICO 8

Projetos de infraestrutura envolvendo empresas chinesas na ALC, por setor (2005-2020)

(Em %)



Fonte: Red ALC-China (2021b).

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Inclui: aquedutos; aeroportos; saúde; segurança; e telecomunicações.

Adicionalmente, houve importante ampliação da capacidade de geração instalada por meio da construção de parques eólicos e usinas solares, sobretudo na Argentina (com oito projetos) e no México (dois). Neste campo, a China pode contribuir para ampliar a capacidade instalada por meio do provimento de financiamento e insumos a baixo custo³⁷ (Ellis, 2021a). Kong e Gallagher (2020) ainda pontuam que a consolidação das indústrias eólicas e solar chinesas, combinada à disponibilidade de financiamento e à pretensão do país em liderar temas relevantes da agenda global, tem o potencial de impulsionar a expansão de projetos em energias limpas no exterior.

No setor de transportes, Niu (2018) salientou as dificuldades encontradas pelas firmas chinesas em projetos ferroviários, a despeito da *expertise* acumulada em ferrovias de alta velocidade. Os exemplos de insucesso se situaram no México, na Venezuela e em outros países, além da ferrovia bioceânica (Brasil e Peru), projeto anunciado ainda em 2014 pelo presidente Xi Jinping, em visita realizada à América Latina.

Mesmo assim, houve iniciativas bem-sucedidas em termos de pavimentação de estradas e melhoria dos sistemas de transporte, como a construção do sistema de metrô de Bogotá e a venda de equipamentos (vagões, trens, ônibus elétricos etc.) para a revitalização de malhas de transporte e o desenvolvimento de projetos de mobilidade urbana, inclusive do Brasil.

Os demais setores produtivos incluíram 37 projetos, envolvendo sistemas de controle de inundações, estações de tratamento, hospitais, sistemas integrados de segurança, projetos de irrigação, cabos de fibra óptica, redes de banda larga e até mesmo a construção de um satélite e de uma estação espacial (Red ALC-China, 2021b).

Não é exagero inferir que a China vem paulatinamente remodelando o panorama de infraestrutura da ALC por meio do financiamento e da construção de obras públicas e privadas, com potencialidades relevantes e também desafios não insignificantes. O processo de aprendizagem por parte das empresas

37. No caso das usinas solares, os fabricantes chineses desempenharam papel ativo no fornecimento de painéis solares para projetos em toda a América Latina. Mesmo nos casos em que os desenvolvedores são europeus, muitas empresas optam por usar equipamentos chineses, dados os preços competitivos e a grande participação de mercado detida por empresas chinesas (Albe e Phillips, 2021).

chinesas e o aperfeiçoamento institucional, regulatório e de supervisão por parte dos governos da região apresentam-se como elementos essenciais para aproveitar as potencialidades no campo da infraestrutura.

Com o desembarque da BRI na América Latina, em 2018, é possível esperar que surjam novos projetos, de modo a explorar complementaridades existentes e atender às expectativas dos governos da região e suas necessidades de desenvolvimento. A despeito disto, é provável que a América Latina se coloque cada vez mais como um palco da competição sino-estadunidense, contribuindo para a formação de um ambiente regional que mescla endosso e hesitação em relação à BRI.

4 A EXTENSÃO NATURAL DA BRI: A AMÉRICA LATINA ENTRE ADESÕES E HESITAÇÕES

As relações sino-latino-americanas evoluíram de forma significativa ao longo da última década, com a inserção cada vez mais contundente do país asiático, seja como um investidor, financiador ou construtor de infraestruturas.

Nesse contexto, a China decidiu, durante o II Fórum China-Celac, realizado em 2018, no Chile, por incorporar a ALC à BRI. A Declaração de Santiago colocou a região como uma “extensão natural” da Nova Rota da Seda, tornando-a uma iniciativa com escopo global (Celac, 2018).

O Panamá foi o primeiro país latino-americano a aderir à iniciativa, antes mesmo do II Fórum China-Celac (Barrios, 2018). O país centro-americano, estratégico por questões de logística e transportes,³⁸ até pouco tempo desfrutava de relações diplomáticas com Taiwan. O reconhecimento do princípio de “uma só China” e a entrada na BRI vieram acompanhados da assinatura de dezenove acordos bilaterais (Garzón, 2017). Em seguida, outros dezenove países da região se integrariam à BRI,³⁹ com as notáveis exceções de Brasil, México e Colômbia. Outros nove países da região mantêm relações diplomáticas com Taiwan (Jenkins, 2021).

Segundo Zhang (2019), os governos e as empresas da região consideram a BRI uma oportunidade para impulsionar o seu engajamento internacional. A conectividade de infraestruturas, presente no Plano de Cooperação 2015-2019 e reforçada no último encontro do Fórum China-Celac, em 2021,⁴⁰ representa o grande atrativo da BRI.

Para Strauss (2012), a lógica de complementaridade permeia a projeção chinesa na região. O eixo articulador da BRI e sua extensão para a ALC baseiam-se no financiamento e na assistência para a execução de projetos de infraestrutura (Oviedo, 2018), coadunando-se às históricas vulnerabilidades regionais, em grande medida vinculadas à qualidade e ao alcance de serviços de transportes, energia, comunicações, saneamento, entre outros (Chauvet *et al.*, 2020; Pautasso *et al.*, 2020).

38. Oliveira e Myers (2021) mencionam que, em janeiro de 2018, foram iniciados estudos de viabilidade para a construção da ferrovia para cargas e passageiros conectando a costa do Atlântico com a do Pacífico, possivelmente contornando o canal do Panamá, controlado pelos Estados Unidos.

39. Nove países são da América do Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela); três são da América Central (Costa Rica, El Salvador e Panamá); e oito são do Caribe (Antígua e Barbuda, Barbados, Cuba, Dominica, República Dominicana, Granada, Jamaica e Trindade e Tobago).

40. O encontro teve como resultado o anúncio do Plano de Ação Conjunta China-Celac para Cooperação em Áreas-Chave (2022-2024) (Celac, 2021). O novo plano reforça os objetivos da China de expandir seu envolvimento com a ALC em uma ampla gama de setores econômicos, com ênfase na construção de infraestrutura em vários domínios. Para mais detalhes, ver Ellis e Lazarus (2022).

As possibilidades de cooperação por meio da BRI, todavia, ainda não foram suficientes para seduzir as duas maiores economias da ALC (Brasil e México). Para estes países, os benefícios adicionais com uma possível entrada na BRI parecem ainda não ser suficientemente claros para justificar uma adesão.⁴¹

Nessa linha, Jenkins (2021, p. 2) argumenta que não houve uma mudança radical no envolvimento da China com a ALC, mas a continuação das tendências existentes, principalmente desde a crise financeira global. Oliveira e Myers (2021) também inferem que as autoridades chinesas pouco fizeram além de formalizar a participação de alguns países latino-americanos na iniciativa, tendo a extensão para a ALC sido também resultado de pressões de elites políticas e econômicas de determinados países da região.⁴²

Em contrapartida, ressalta-se que a extensão da BRI na ALC é recente, dificultando até o momento avaliações mais precisas em relação aos seus impactos. Neste sentido, é possível entendê-la como uma mudança dentro de um panorama de continuidade, isto é, uma atualização e uma nova roupagem para tendências em curso (Moreno, Telias e Urdinez, 2020).

As controvérsias que já estavam postas continuaram representando desafios importantes a serem enfrentados, tais como a reprimarização da pauta exportadora, a desindustrialização da ALC e os impactos ambientais e sociais decorrentes dos investimentos e projetos chineses (Jenkins, 2021).

4.1 Os países andinos e a incorporação à BRI

A região andina pode ser considerada, até o momento, a mais aberta à BRI na ALC, com adesões de todos os países, exceto a Colômbia. Para a China, o objetivo é seguir promovendo seus interesses na região, com destaque para a obtenção de recursos naturais e a busca de novos mercados para a exportação de seus produtos, serviços e tecnologias. Do lado dos países andinos, a intenção é absorver investimentos, financiamentos e contratos de construção que possibilitem avanços em infraestrutura, e também desenvolvimento econômico e social.

Esta *complementaridade* de interesses permite a projeção de poder e influência da China por meio de instrumentos econômicos. Os impactos, embora não inteiramente novos, retratam a conformação de uma geoeconomia híbrida,⁴³ com a coexistência de potencialidades e desafios para todos os entes envolvidos.

4.1.1 Chile

O comércio exterior constitui o motor das relações bilaterais sino-chilenas, embora o país andino venha se apresentando como destino importante de investimentos chineses nos últimos anos. O Chile é o terceiro maior parceiro comercial da China na ALC e o maior fornecedor de cobre (tabela 1).

41. Estudos como o de Jenkins (2021) entendem que os memorandos de entendimento são de natureza genérica, não prevendo compromissos de elevações de investimento.

42. Oliveira e Myers (2021) não sugerem que a política externa chinesa resulte da barganha de grupos de interesse, mas indicam que o surgimento da BRI na América Latina é coproduzido por atores chineses e também latino-americanos. Esse alinhamento, contudo, não é linear, tendo sido objeto de resistência política por conta de receios sobre a "superextensão" da BRI.

43. Por "geoeconomia híbrida" se entende o emprego de instrumentos econômicos em determinados países ou regiões, a partir de uma dualidade multiforme e assimétrica, trazendo consigo "tanto o desenvolvimento quanto a dependência, o progresso e o atraso, o bônus e o ônus". Noutros termos, é um processo de projeção geoeconômica que se expressa pela "composição de elementos díspares, ambíguos e em diversas modalidades político-econômicas" (Rodrigues, 2021, p. 5).

O Tratado de Livre Comércio (TLC), firmado entre os dois parceiros, foi recentemente modificado, ampliando a liberalização do comércio de bens e serviços nas duas economias.⁴⁴ A cooperação bilateral se estendeu para áreas como agricultura, novas energias e infraestrutura, elevando as relações diplomáticas ao nível de “parceria estratégica integral”, em 2016.⁴⁵

No campo dos investimentos, uma das transações de maior magnitude foi a aquisição da Sociedad Química y Minera de Chile (SQM), que atua na exploração e mineração de lítio, fundamental para a produção de baterias elétricas (Myers, 2021). Com base nas informações do InvestChile, os investimentos chineses no Chile incluem projetos em tecnologia, energia, mineração, alimentos e finanças, havendo também crescente interesse em concessões de obras de infraestrutura (Villagrán e Pizzaro, 2020).

O Chile vem buscando formas de aprofundar a cooperação com a China, tendo ingressado na BRI em novembro de 2018. Na ocasião do anúncio, o então presidente Sebastian Piñera declarou que desejava fazer do Chile uma porta de entrada para que empresas chinesas alcancem toda a região, visando, sobretudo, à atração de investimentos em tecnologia, inovação e comunicações (Chile..., 2019).

Em 2019, Piñera fora o único chefe de Estado da ALC a participar do II Fórum do Cinturão e Rota para a Cooperação Internacional (Belt and Road Forum for International Cooperation – BRF). Dois anos antes, em 2017, a então presidenta Michele Bachelet também havia comparecido ao I BRF, junto a Mauricio Macri, mandatário da Argentina na ocasião. Em julho de 2021, o Chile ainda ingressaria como membro pleno no AIIB, seguindo as adesões de Equador, Uruguai, Brasil e Argentina.

A adesão à BRI sugere que a posição chilena é de pragmatismo, objetivando tornar o país atrativo ao capital chinês e propiciando a este a obtenção de vantagens. Adicionalmente, Santiago procura reter participação no mercado chinês, fato que também pode ter influenciado a decisão chilena, a exemplo do que já ocorrera com outros países da região (Jenkins, 2021).

Ao que tudo indica, a visão chilena também englobou a exploração de potencialidades em setores emergentes, como energia solar, veículos elétricos e infraestrutura de telecomunicações.

A parceria sino-chilena, porém, é permeada por contradições e desafios. Há o reforço das assimetrias no relacionamento bilateral, com crescente especialização das exportações chilenas de minérios para o gigante asiático. As preocupações com a relação de dependência quanto à China também vêm à tona no setor de eletricidade, uma vez que a State Grid já controla 57% do segmento de distribuição de energia no país (Guzmán, 2021).

De qualquer forma, as relações entre os dois países se intensificaram nos últimos anos, culminando com a renovação do TLC, a elevação do *status* da parceria estratégica e novas possibilidades de cooperação em mineração (lítio, especialmente), infraestrutura e tecnologia.

4.1.2 Peru

As relações sino-peruanas evoluíram progressivamente no século XXI, com incremento do comércio e recepção de investimentos chineses. Com a assinatura do TLC em 2009, as exportações do país andino, sobretudo de cobre, cresceram a uma média anual de 13,5% (Ungaretti e Haffner, 2020).

44. Disponível em: <<https://bit.ly/3ruxAkk>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

45. Disponível em: <<https://bit.ly/3fD4DgB>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Os investimentos chineses no Peru no setor de mineração somaram mais de US\$ 15 bilhões nos últimos onze anos,⁴⁶ com destaque para os grandes projetos de Las Bambas e Toromocho (cobre) e Marcona (ferro). Em contrapartida, a China vem buscando também diversificar suas atividades no país por meio da realização de projetos nos setores de energia e telecomunicações (Red ALC-China, 2021b), além dos investimentos no setor elétrico (quadro 2).

O ingresso formal do Peru na BRI ocorreu em 2019, dez anos depois da assinatura do TLC. A entrada do país sul-americano reforçou perspectivas de investimentos não somente no setor mineral, mas também em infraestrutura, com expectativas de inversões em projetos como o megaporto de Chancay, bem como em Ilo (Liévano, 2019).

O projeto de Chancay constitui uma obra fundamental dentro do marco da BRI, com potencial para se tornar a conexão mais importante da China com a América do Sul. A construção do porto foi estimada em cerca de US\$ 3 bilhões, ficando a cargo do consórcio Cosco Shipping Ports Chancay Port, no qual a estatal chinesa Cosco Shipping Ports Limited detém o controle de 60%.

Além da geração de empregos e de negócios locais, os benefícios da construção do porto se dariam especialmente no descongestionamento do maior porto do país, Callao, que concentra cerca de 70% da carga portuária nacional. Quando finalizado, o novo porto possivelmente poderá distribuir cargas da Ásia para o restante da América do Sul, elevando a competitividade do Peru em relação a seus vizinhos da costa do Pacífico, como Chile ou Colômbia (Torrico, 2021).

Outro projeto relevante no contexto da BRI é a ferrovia bioceânica, estagnada desde o seu lançamento, ainda em 2014. A hidrovia amazônica também parece somar aos objetivos da BRI na ALC, embora o projeto seja criticado por ativistas ambientais (Collins, 2019; Espinosa, 2021).

Os conflitos de natureza socioambiental também emergiram no próprio caso do megaprojeto de Chancay, com organizações da sociedade civil denunciando que o porto, localizado na área urbana de Chancay, estaria causando inúmeros danos a residências próximas (Custódio, 2021). Além disso, protestos recentes reativaram conflitos envolvendo o projeto de Las Bambas (León, 2021).

Os objetivos do Peru com a BRI parecem se vincular não somente ao objetivo de reforçar os laços de comércio e investimento, mas também de incrementar a sua integração nos mercados globais e elevar sua posição competitiva por meio da construção de infraestrutura portuária (Chancay, especialmente). Além das questões ambientais e sociais, a dependência comercial e a concentração da pauta exportadora em um único produto (cobre) representam um grande desafio para o desenvolvimento do país no longo prazo.

Sob a perspectiva chinesa, o Peru constitui um parceiro estratégico, não somente por conta do fornecimento estável de minerais, mas também por sua localização na costa do Pacífico. O controle sobre rotas logísticas facilita o escoamento de recursos, expandindo a conectividade com a América Latina e consequentemente a própria extensão da BRI na região.

4.1.3 Equador

As relações entre a China e o Equador também evoluíram de forma significativa, com aproximação político-diplomática e estabelecimento de acordos de cooperação durante o período Rafael Corréa

46. Disponível em: <<https://bit.ly/3nVurcn>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

(2007-2017). O destaque do relacionamento bilateral foi o papel da China enquanto financiadora de projetos de infraestrutura.

A primeira visita de Corrêa à China ocorreu ainda em 2007, quando foram assinados catorze acordos bilaterais.⁴⁷ A segunda visita oficial se deu em 2015, durante o Fórum China-Celac, tendo como resultado a assinatura de um acordo de “parceria estratégica”. Em 2016, o presidente Xi Jinping visitou o país e elevou as relações entre os dois países ao *status* de “parceria estratégica abrangente” (Castro, 2021).

O aprofundamento dos laços com Pequim visava à obtenção de financiamento para projetos de infraestrutura entendidos como estratégicos. Com isso, o país se tornou um dos principais destinos de financiamento chinês entre 2005 e 2020, ficando atrás apenas de Venezuela e Brasil.⁴⁸

Os recursos foram direcionados em grande medida ao setor energético, assegurando às empresas chinesas contratos para a construção de sete hidrelétricas⁴⁹ e um parque eólico. O objetivo da “revolução hídrica” equatoriana consistia em impulsionar o desenvolvimento por meio da diversificação da matriz energética e da redução da dependência em termoeletricas e importação de combustíveis.⁵⁰

Diante cooperação em infraestrutura, o então presidente do Equador, Lenin Moreno, em visita oficial a Pequim, assinou um memorando de entendimento em dezembro de 2018, sinalizando o interesse em aderir à BRI. Em novembro de 2019, o Equador ainda se tornaria o primeiro país latino-americano a se tornar membro pleno do AIIB – posteriormente, o primeiro país da região a receber um empréstimo do banco (AIIB, 2020).

Entre os projetos BRI⁵¹ anunciados, encontram-se a reconstrução do aeroporto Eloy Alfaro e a construção de estradas nas províncias de Esmeraldas e Imbabura, no norte do país, bem como de pontes na província de Manabí (Xinhua, 2019). Os projetos já concluídos ou em andamento também foram incorporados ao guarda-chuva da BRI, incluindo as usinas hidrelétricas e as minas de cobre de Panantza-San Carlos e Mirador (Liévano, 2019; Castro, 2021).

A despeito dos benefícios advindos da complementaridade entre os dois países, é possível identificar desafios, como a ocorrência de conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos e de mineração, sobretudo em Mirador.⁵² Para Castro (2021), falta também transparência aos contratos de empréstimo e à qualidade dos equipamentos utilizados em projetos como o da usina hidrelétrica de Coca Codo Sinclair.

A sustentabilidade financeira também aparece como um desafio importante. Entre 2008 e 2016, o montante da dívida com a China cresceu de apenas US\$ 6 milhões para US\$ 8,1 bilhões (Palma, 2021).

47. A visita veio na esteira da decisão do governo do Equador de romper relações com o Banco Mundial. Um ano depois, o governo ainda decidiu pela paralisação do pagamento da dívida externa, perdendo acesso aos mercados financeiros internacionais (Castro, 2021).

48. Entre 2010 e 2018, foram assinados 26 acordos de empréstimo, totalizando US\$ 13,6 bilhões. A maior parte dos créditos chineses se direcionou para projetos considerados estratégicos, contemplando empreendimentos em hidrocarbonetos, energia, mineração, transportes, educação, saúde, entre outros (Salgado, 2019).

49. Garzón e Castro (2018) assinalaram que os bancos chineses ajudaram o Equador com financiamento de US\$ 3 bilhões para estes projetos, sendo a usina de Coca Codo Sinclair o maior deles.

50. Segundo Lozano (2019), as novas usinas hidrelétricas contribuíram para elevar em 35% a produção de energia hidrelétrica, com geração de mais de 2.400 MW.

51. Cabe ressaltar que a categorização de um “projeto BRI” remete a um extenso debate sobre a própria falta de transparência da iniciativa e dos países e projetos que a integram. Em função disso, adotou-se essa nomenclatura considerando os discursos, comunicados e acordos firmados entre a China e países que oficialmente aderiram à BRI.

52. Disponível em: <<https://bit.ly/344l08g>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

Durante a pandemia, porém, houve renegociação de US\$ 891 milhões por meio de dois empréstimos (Myers e Ray, 2021).

Ressalta-se que as relações dos países latino-americanos com a China são também mediadas por alternâncias nos ciclos políticos nacionais. No caso do Equador, o fim do governo Rafael Corrêa implicou realinhamentos nos laços tanto com a China como com os Estados Unidos. Durante o governo Moreno (2017-2021), a sustentabilidade (ambiental e financeira) dos projetos financiados pela China foi questionada de forma mais marcante, enquanto as relações com Washington atravessaram um processo de reaproximação.

Nesse contexto, o Equador acordou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) o provimento de US\$ 6,5 bilhões em linhas de crédito, com desembolso imediato de US\$ 2 bilhões.⁵³ Além disso, o governo equatoriano e a agência norte-americana United States International Development Finance Corporation (DFC) assinaram um acordo de US\$ 3,5 bilhões para refinar a dívida externa e promover o financiamento privado de infraestrutura.⁵⁴ Em contrapartida, foi exigida ao Equador a exclusão da China da rede 5G do país (Dube, 2021).

O desenrolar da BRI no Equador, portanto, encontra-se permeado pela competição sino-estadunidense. A China tem interesse em manter sua presença no país, assegurando recursos e mercados para suas empresas. A renegociação de quase US\$ 900 milhões em dívidas sinaliza a disposição de Pequim em não perder espaço, bem como esvaziar a retórica em torno da armadilha da dívida (*debt trap*). Os Estados Unidos, por sua vez, observam o Equador como uma das primeiras trincheiras de contenção à presença chinesa em seu “quintal”, utilizando-se de ferramentas de diplomacia econômica para alijar as empresas chinesas e as suas tecnologias do país.

Ao Equador, o objetivo parece ser o de revisar os termos das relações com a China e solucionar diligências em torno dos empréstimos contratados. A parceria estratégica com o país asiático e a adesão às iniciativas chinesas (BRI e AIIB) também fornecem ao Equador instrumentos para barganhar com os Estados Unidos condições vantajosas em termos de investimentos e financiamentos.

4.1.4 Venezuela

Ao longo do século XXI, a China se converteu em um dos principais aliados da Venezuela, com o estabelecimento de uma parceria estratégica ainda em 2001, durante visita do presidente Jiang Zemin a Caracas. Ao longo do governo Chávez (1999-2013), diversos acordos bilaterais de cooperação foram firmados em áreas como energia, transportes, infraestrutura e desenvolvimento industrial (Castillo, 2020).

A parceria bilateral entre os dois países tem como motor uma complementaridade evidente, já que o país sul-americano detém as maiores reservas provadas de petróleo e a China rapidamente se tornou o maior importador desta *commodity*. Neste sentido, o governo Chávez, imbuído ainda de uma tendência anti-hegemônica diante dos Estados Unidos, tratou de promover relações estreitas com a China (Castillo, 2020).

A Venezuela voltou-se para a China em busca de fontes alternativas para financiar seu desenvolvimento, construindo com o país asiático dois fundos de investimento. Entre 2005 e

53. Disponível em: <<https://bit.ly/3gaUjgp>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

54. Disponível em: <<https://bit.ly/3FXTOR1>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

2020, a Venezuela recebeu mais de US\$ 60 bilhões em financiamento, sendo o principal receptor de recursos chineses na ALC (Gallagher e Myers, 2021). Em 2007, foi criado o Fundo Conjunto China-Venezuela (China-Venezuela Joint Fund – CVJF) e, em 2010, o Fundo de Longo Prazo e Grande Volume (Long-Term and Large Volume Fund – LTLVF) foi estabelecido.⁵⁵ Em conjunto, esses fundos realizaram desembolsos da ordem de US\$ 50,3 bilhões (Alex, 2020).

As linhas de créditos chinesas também foram direcionadas ao aumento do financiamento da produção de petróleo por meio de *joint ventures* entre a CNPC e a Petróleos de Venezuela (PDVSA), contabilizando US\$ 14,7 bilhões em sete desembolsos, entre 2007 e 2018. Outros empréstimos ainda foram empregados para atividades de construção e mineração, com valores acumulados de US\$ 2,2 bilhões (Piña, 2019).

Ao total, os fundos e empréstimos, lastreados em sua maioria em exportações do petróleo venezuelano, teriam financiado 790 projetos no país (Piña, 2019). Entre estes, é possível mencionar a termoeletrica de La Cabrera e a planta elétrica de La Vígia, ambas com funcionamento parcial (Liévano, 2019; Red ALC-China, 2021b).

Com a morte de Chávez, em 2013, e o choque nos preços internacionais de petróleo, em 2014, as dificuldades venezuelanas elevaram-se sobremaneira, com impactos sobre a estabilidade econômica e social do país, bem como sua capacidade gerencial. Ademais, houve controvérsias relacionadas a diferentes projetos sob alegação de irregularidades, incluindo um sistema ferroviário inacabado e a construção de uma fábrica de eletrodomésticos que não se concretizou.⁵⁶

A crise econômica e político-institucional colaborou para a deterioração da capacidade produtiva venezuelana e, conseqüentemente, da disposição para o pagamento dos empréstimos. A crise também ocasionou a queda da produção de petróleo pela metade e o declínio das exportações para a China em mais de 50%, entre 2013 e 2019 (Kaplan e Penfold, 2019; Sweigart e Cohen, 2021).

As sanções impostas por Washington também acrescentaram obstáculos à indústria petrolífera, embora não tenham eliminado as exportações para a China (Cohen e Parraga, 2019). Nesse contexto adverso, a Venezuela não honrou todos os compromissos firmados com a China, implicando maior cautela por parte dos emprestadores, os quais, desde 2016, não liberaram novos empréstimos ao país (Myers e Ray, 2021).

Na visão de Pequim, seus interesses estratégicos se viram ameaçados pelo colapso enfrentado pela Venezuela, que culminou com fornecimento instável de petróleo, baixo retorno financeiro sobre investimentos e queda nas exportações chinesas de bens, tecnologias e serviços para o país sul-americano. Além disso, a crise econômica e humanitária passou a ser vista como um risco reputacional para a China, que advoga pela promoção da prosperidade e do desenvolvimento regional (Guevara, 2020; Patrick e Padilha, 2021).

Para a Venezuela, a adesão à BRI significara a oportunidade de revitalizar as relações com Pequim, com possibilidades de reestruturar os empréstimos existentes e obter compromissos adicionais de investimento. Até o momento, porém, a inclusão de Caracas permanece meramente discursiva e

55. Segundo Piña (2019), esses mecanismos foram criados com contribuições da China, por meio do CDB, e da Venezuela, por meio do Fundo de Desenvolvimento Nacional (Fondo para el Desarrollo Nacional – Fonden).

56. Cabe ressaltar projetos exitosos, como o lançamento dos satélites Simón Bolívar, Francisco de Miranda e Antonio José de Sucre. Mais detalhes sobre projetos de cooperação bilaterais disponíveis em: <<https://bit.ly/3Hacmii>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

diplomática (Oliveira e Myers, 2021). Com a pandemia, a China concordou em conceder um período de carência para a dívida venezuelana – estimada em cerca de US\$ 19 bilhões (Armas e Pons, 2020).

Com o endosso à BRI e sua expansão na ALC, a Venezuela pretendia recuperar os laços com seu principal aliado, visando a possíveis benefícios em termos de renegociação de dívidas e atração de recursos. À China interessa o apoio venezuelano, bem como a sua recuperação econômica, possibilitando tanto o atendimento de seus interesses quanto a projeção de sua influência na região como um todo, além de promover sua reputação enquanto ator promotor do desenvolvimento.

4.1.5 Bolívia

O aprofundamento da projeção chinesa na ALC na última década também surtiu efeitos nas relações sino-bolivianas, sobretudo por meio da elevação do comércio e da realização de projetos de cooperação e infraestrutura. A China se tornou o segundo principal parceiro comercial da Bolívia, sendo a principal fonte de importações do país (Yazhong, 2020). Em 2018, uma parceria estratégica foi estabelecida, ao passo que um ano depois se deu o ingresso oficial da Bolívia na BRI.⁵⁷

O ingresso se justificou principalmente pela busca por investimentos em infraestrutura de transportes.⁵⁸ A maioria dos projetos apoiados pelos chineses envolve a construção de rodovias, incluindo El Sillar – trecho da estrada que liga Santa Cruz a Cochabamba – e Rurrenabaque a Riberalta (Liévano, 2019).

O projeto mais emblemático diz respeito à construção de uma rodovia de 160 km ligando departamentos do leste do país (Santa Cruz, Chuquisaca e Tarija) entre si e com os vizinhos Paraguai e Argentina (Devonshire-Ellis, 2020). A Bolívia, ao lado do Peru, também demonstrou interesse em reativar o projeto da ferrovia bioceânica, que conta atualmente com a resistência brasileira.⁵⁹

A entrada do país na BRI poderia contribuir para facilitar seu acesso ao mercado chinês,⁶⁰ bem como para explorar sinergias com outras áreas. Como exemplo, é possível citar o apoio chinês na construção de um complexo siderúrgico integrado nas jazidas de ferro de Mútun, cuja produção será capaz de suprir 50% da demanda nacional de laminados (Inicia..., 2019).⁶¹

Por razões estratégicas, Pequim também teria interesse em explorar as reservas de lítio bolivianas.⁶² Em 2019, o grupo Xinjiang TBEA e a estatal Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB) anunciaram a criação de uma empresa mista para a construção de fábricas de carbonato de lítio nos departamentos de Oruro e Potosí (Ramos, 2019). Embora o projeto tenha ficado sob suspeição durante o governo provisório (Jemio, 2019), a parceria foi retomada, refletindo uma reaproximação entre o atual governo de Luís Arce e Pequim (Baijie, 2021).

57. Disponível em: <<https://bit.ly/3oeGQZg>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

58. Desde 2013, as empresas chinesas, como a China Harbour Engineering Company (Chec) e a China Railway Construction Corporation, realizaram mais de vinte projetos de estradas e pontes no país (Myers, 2018).

59. Disponível em: <<https://reut.rs/3pXrCs4>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

60. Segundo Koop (2020), a BRI oportunizou as exportações bolivianas um acesso facilitado ao mercado chinês. As exportações de carne bovina, por exemplo, cresceram sete vezes entre 2019 e 2020.

61. A chinesa Sinosteel está encarregada da construção do projeto, que contou com financiamento do Chexim.

62. A Bolívia, ao lado de Chile e Argentina (triângulo do lítio), guarda os maiores depósitos de lítio do mundo. O mineral é utilizado para a produção de baterias e o armazenamento de energia de fontes intermitentes, como a eólica e a solar.

Esse movimento de aproximação ainda poderia abrir caminho para iniciativas de cooperação em áreas como a de telecomunicações. Sob a lógica de expandir a Rota da Seda Digital na ALC e exportar tecnologias (Koop, 2020), é possível que experiências de cooperação sejam reproduzidas, como as que resultaram no lançamento do satélite Tupac Katari (TK Sat 1), construído pela China Aerospace Science and Technology Corporation (Casc).⁶³

Os chineses também fincaram presença no setor de energia boliviano. A hidrelétrica de Rositas constitui o empreendimento de maior magnitude, cuja construção – orçada em cerca de US\$ 1,3 bilhão – ficaria sob responsabilidade de um consórcio com participação da CTG e contaria com o suporte financeiro chinês. No entanto, o projeto, desenhado ainda na década de 1970 para suprir a demanda por energia no departamento de Santa Cruz, continua alvo de críticas das comunidades afetadas e de grupos ambientalistas (Crittenden *et al.*, 2021).⁶⁴

Os interesses bolivianos primordiais com a BRI se assentaram principalmente nas possibilidades de financiamento e construção de projetos em infraestrutura. Além disso, há o interesse no acesso ao mercado chinês e em forjar iniciativas de cooperação em siderurgia, mineração e telecomunicações. Os desafios enfrentados se associam aos impactos, inclusive ambientais, dos projetos chineses, exigindo a construção de capacidades institucionais de regulação, monitoramento e avaliação.

Para a China, a Bolívia se apresenta como mais um parceiro relevante para projeção de sua influência na ALC. A abundância de recursos naturais, importantes aos seus propósitos de desenvolvimento no longo prazo, é fator central para Pequim. A Bolívia também constitui mercado possível para a expansão das firmas chinesas, sobretudo na construção de infraestruturas com potencial de facilitar o escoamento da produção regional para o abastecimento de seu próprio mercado.

4.1.6 Colômbia

As relações sino-colombianas, embora com seu início datado ainda na década de 1980, estão entre as menos sólidas na América do Sul, justificando a sua posição enquanto o único país andino não signatário da BRI. Como se sabe, a Colômbia desenvolveu fortes laços com os Estados Unidos desde a década de 1990, especialmente por meio de programas de cooperação financeira e militar, além das relações comerciais e de investimento.⁶⁵

O país sul-americano não possui o *status* de “parceiro estratégico” com a China, tampouco desenvolveu relações econômicas robustas, sendo um recipiente marginal de investimentos e financiamentos da China na ALC. Em contrapartida, as relações comerciais cresceram ao longo da última década: a China tornou-se o segundo parceiro comercial colombiano, com exportações anuais médias de US\$ 3,4 bilhões, entre 2011 e 2020, quase sete vezes maiores que as da década anterior. As importações de US\$ 9,9 bilhões, por sua vez, agora representam quase um quarto do total (Mejía, 2021).

63. Tupac Katari, construído ao custo de US\$ 300 milhões, é o primeiro satélite de comunicações do país, tendo sido resultado de uma parceria entre o CDB e o governo da Bolívia (Tiezzi, 2013).

64. O projeto encontra-se suspenso desde outubro de 2018, tendo sido “reconsiderado” em outubro de 2019, ainda sob o governo interino. Até o momento, não há informações sobre retomada das obras.

65. Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial e de investimento da Colômbia, alavancados pelo acesso preferencial resultado do TLC, assinado em 2012. O valor combinado das exportações e importações de bens entre os dois países atingiu uma média de US\$ 27,6 bilhões por ano na última década (Mejía, 2021).

Na arena diplomática, cabe destacar a visita do presidente Iván Duque à China, em 2019, a primeira desde a ascensão de Xi Jinping à presidência. Durante o encontro, ambos os lados discutiram sobre políticas de promoção de exportações de produtos agropecuários da Colômbia (abacate, proteína animal, café, banana, flores) e possibilidades de cooperação em áreas como o turismo, incluindo propostas para a criação de um voo direto ligando Bogotá e Xangai (Chiappe, 2019).

Além disso, foi destacado o interesse colombiano em receber investimentos no setor de infraestrutura, embora sem qualquer menção direta ou inclinação para uma eventual adesão à BRI. Isso se deve, sobretudo, ao peso do relacionamento com os Estados Unidos, principal fornecedor de ajuda militar do país, bem como à exclusão da China das prioridades de política externa do governo Duque (2019-atual), centradas inicialmente na crise venezuelana (Livévano, 2019; Moreno, Telias e Urdínez, 2020). Em contrapartida, a cooperação durante a pandemia contribuiu para uma maior aproximação bilateral.⁶⁶

Paralelamente, o país asiático vem ganhando espaço no âmbito de infraestrutura, particularmente por meio de parcerias público-privadas (PPPs). As empresas chinesas Chec e Xi'na Metro Company Limited, por exemplo, ganharam a licitação para a construção de uma linha de metrô em Bogotá.⁶⁷ Outros projetos incluem uma linha de trem (Regiotram de Occidente), para conectar Bogotá a quatro municípios adjacentes, e a aquisição de ônibus elétricos de empresas chinesas, para a renovação das frotas de Cali e Medellín (Liévano, 2020).

A maior presença de empresas chinesas em projetos de infraestrutura ocorreu em meio às propostas de reforma tributária na Colômbia, tida como solução para os desequilíbrios fiscais causados pela crise do coronavírus (Torrado, 2021). Neste cenário de austeridade, a China se apresentou como possível parceiro para financiar, construir e gerir empreendimentos, embora não elimine preocupações sobre os impactos dos projetos chineses e suas implicações geopolíticas (Urrego-Sandoval, 2021).

Há, portanto, complementaridades e possibilidades de expansão da cooperação, especialmente no campo de infraestrutura. Para a China, o mercado colombiano pode servir para ampliar o aprendizado e o portfólio de projetos sob a modalidade PPP, ferramenta ainda pouco utilizada pelas empresas chinesas (Cepal, 2018; Chauvet *et al.*, 2020). Outros interesses chineses ainda se vinculam ao fornecimento estável de recursos (petróleo, especialmente) e à expansão de negócios em setores emergentes, como telecomunicações, energias renováveis e veículos elétricos.

Para Mejía (2021), a Colômbia depara-se com uma posição de difícil equilíbrio entre Pequim e Washington, devendo, enquanto as circunstâncias permitirem, extrair benefícios dessas relações. Além de pleitear investimentos por meio da iniciativa Reconstruir um Mundo Melhor (Build Back Better World – 3BW), programa de investimentos criado pelos Estados Unidos para “rivalizar” com a Nova Rota da Seda, a Colômbia também deveria avaliar as possibilidades de sua entrada na BRI e no AIIB.⁶⁸

A Colômbia permanece como principal aliado dos Estados Unidos na América do Sul, com intensa cooperação em segurança e defesa, o que torna os custos de uma adesão à BRI potencialmente maiores que seus benefícios. Ao mesmo tempo, o incremento das relações econômicas não é necessariamente

66. As vacinas da Sinovac foram particularmente relevantes no estágio inicial de imunização, com o fornecimento de 2,5 milhões dos 3,5 milhões de doses aplicadas até o final de março de 2021. A chegada antecipada das vacinas chinesas ofuscou a generosa, embora tardia, diplomacia das vacinas dos Estados Unidos para a Colômbia (Mejía, 2021).

67. Disponível em: <<https://bit.ly/3JsB3Hy>>. Acesso em: 2 mar. 2022.

68. A Colômbia e o Paraguai são os únicos países na América do Sul que ainda não são membros plenos ou prospectivos do banco.

limitado ou condicionado à assinatura de um memorando de entendimento, conforme sugerem os casos analisados a seguir.

4.2 O panorama das maiores economias: o ingresso da Argentina e as possibilidades e os desafios para Brasil e México

Os casos a seguir dizem respeito a Brasil, Argentina e México, que em conjunto correspondem a 70% do PIB regional da ALC (Zhang, 2019). Até fevereiro de 2022, os três países ainda não haviam assinado acordos com a China para oficializar suas entradas na BRI, panorama que se modificou com a recente adesão da Argentina.

Assim como na região andina, a análise de casos contribui para desconstruir a BRI como uma política monolítica, demonstrando-a como uma estrutura ampla, flexível e que permite diferentes níveis de engajamento (Moreno, Telias e Urdinez, 2020; Santoro, 2019). Para estes três países em particular, cuja posição e peso regional possibilitam maiores margens de manobra (Jenkins, 2021), é possível sumarizar que a adesão à BRI decorre: i) da identificação de benefícios adicionais para a formalização de uma parceria no âmbito da BRI; e ii) do grau de relacionamento, potencial e efetivo, com os Estados Unidos.

4.2.1 Brasil

As relações sino-brasileiras foram reestabelecidas em 1974, com avanços importantes desde então. Em 1993, os países estabeleceram uma “parceria estratégica”, com aproximações no campo comercial e da cooperação tecnológica. O componente estratégico se cristalizou no século XXI, com elevação da interdependência econômica e atuação conjunta em diversas instâncias multilaterais.

O ingresso da China na OMC, em 2001, e sua elevada demanda por matérias-primas impulsionaram o comércio entre as duas nações, tornando o país asiático o principal parceiro comercial do Brasil. Em 2021, a China seria o destino de mais de 30% das exportações brasileiras.⁶⁹

O incremento dos intercâmbios comerciais veio acompanhado do que Becard (2011) denominou como um período de “maturação” das relações (2003-2011), marcado pela criação de espaços institucionalizados de cooperação e pela convergência em temas da agenda global. Em 2012, as relações bilaterais seriam ainda elevadas ao patamar de “parceria estratégica global”.

Além das relações comerciais, os investimentos chineses no Brasil se tornaram cada vez mais presentes a partir de 2010. Segundo Cariello (2021), as empresas chinesas efetivaram 176 empreendimentos no Brasil entre 2007 e 2020, com aportes que superaram US\$ 66 bilhões.

A agenda da infraestrutura se apresentou, então, como uma das mais relevantes para as relações bilaterais, em razão da lacuna existente no setor e de seus efeitos sobre o crescimento e a competitividade. Em 2019, o Brasil seria o país latino-americano que, em termos relativos, menos realizou investimentos públicos em infraestrutura, com aportes em torno de 0,5% do PIB (Cavallo, Powell e Serebrisky, 2020).

Diante dessas carências no setor, a China seguiu ampliando sua presença. Além da construção das linhas de transmissão de Belo Monte com o uso de tecnologia de ultra-alta tensão⁷⁰ (*ultra-high voltage* – UHV) pela State Grid, os chineses mostraram-se interessados em projetos de cunho logístico.

69. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>.

70. A tecnologia de UHV é ideal para a transmissão de energias em longas distâncias, com aumento da eficiência energética e redução de perdas.

Desde 2016 no país, quando adquiriu 80% da Concremat (Pires e Pinheiro, 2016), a CCCC encontra-se envolvida na construção da Ferrovia do Pará.⁷¹ Ao mesmo tempo, a atuação das firmas chinesas também se estendeu para a construção e a operação de portos (São Luís e Paranaguá), com o objetivo de aumentar a eficiência e facilitar o transporte de mercadorias, principalmente a importação de soja pela China (Baumann *et al.*, 2021).

A presença de investimentos e empresas chinesas no mercado brasileiro suscitou questionamentos em relação a uma possível adesão à BRI. No entanto, mesmo não sendo signatário, o Brasil permanece como principal receptor de IED chinês na ALC, ao mesmo tempo que já compartilha com a China mecanismos bilaterais e multilaterais de financiamento, como o Fundo Brasil-China⁷² e o NDB,⁷³ conhecido como Banco do BRICS.

A falta de endosso à BRI dificilmente modificaria a posição do Brasil enquanto principal parceiro da China na ALC. Baumann *et al.* (2021) entendem que a não adesão do Brasil em parte se explica pelo fato de o país não identificar benefícios adicionais com a entrada formal na iniciativa, dado que as empresas chinesas já têm se favorecido pelas oportunidades de mercado no Brasil. Um eventual apoio brasileiro à BRI ainda significaria um movimento geopolítico relevante, com possíveis implicações para as relações com os Estados Unidos.⁷⁴

Em contrapartida, Santoro (2019) lembra que a BRI não apresenta um desenho institucional rígido, sendo um processo ainda em formação e que se adapta às circunstâncias, admitindo várias possibilidades de relações políticas e econômicas. O peso do Brasil no cenário regional e o grau de diversificação de sua economia, embora não o sujeitem ao ingresso na iniciativa, ao menos oferecem possibilidades de negociar concessões econômicas.

Evidentemente, o debate acerca da adesão do Brasil permeia as oportunidades e os desafios já existentes. Além das complementaridades imediatas (comércio, investimento, infraestrutura), há oportunidades em áreas como economia digital (incluindo as redes 5G e *e-commerce*), biotecnologia, cidades inteligentes, energias renováveis, veículos elétricos etc. (Rosito, 2020).

Por sua vez, os desafios atrelam-se aos impactos da ascensão chinesa sobre a desindustrialização e a perda de mercados regionais, sendo o caso da Argentina o mais emblemático (Barros *et al.*, 2021). O imperativo de agregar valor às exportações e de se integrar às cadeias de produção asiáticas ainda se soma com a necessidade de promover um processo constante de aprendizado institucional diante da atuação de empresas chinesas em diferentes áreas e projetos.

O Brasil permanece sendo o principal parceiro econômico chinês na ALC, apesar do comportamento ambíguo e contraditório com a China durante o governo Jair Bolsonaro. Desta forma, o Brasil, além de ser um dos maiores fornecedores de recursos para a China (soja, petróleo e ferro, especialmente),

71. Outro projeto ferroviário que conta com o interesse chinês é o da Ferrogrão, que busca ligar áreas de produção agrícola no Mato Grosso a portos fluviais do rio Tapajós, no Pará (Abdenur, Folly e Santoro, 2021).

72. O Fundo Brasil-China, criado em 2015, possui US\$ 20 bilhões disponíveis para financiamento: US\$ 15 bilhões provenientes de fundos chineses (Clairfund) e US\$ 5 bilhões provenientes de bancos brasileiros – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal. Por diversos fatores, o fundo não havia financiado nenhum projeto até fevereiro de 2021 (Maia, 2021).

73. Desde o início de 2020, o Brasil teve nove projetos de financiamento aprovados pelo NDB, representando US\$ 4,4 bilhões em investimentos (Possa, 2022).

74. Durante as discussões sobre o leilão das redes 5G no Brasil, o embaixador dos Estados Unidos no país, Todd Chapman, chegou a sugerir que poderia haver consequências caso o Brasil permitisse a participação da chinesa Huawei (Rosa e Antunes, 2020).

segue sendo um mercado regional prioritário para a internacionalização de empresas chinesas, com crescentes oportunidades de parceria no campo da infraestrutura. Ao Brasil, cabe elaborar uma estratégia coerente de longo prazo para a China, conforme defende Rosito (2020), o que pode vir a incorporar uma futura entrada na Nova Rota da Seda.

4.2.2 Argentina

As relações da China com a Argentina foram estabelecidas em 1972, embora o seu aprofundamento tenha começado apenas no século XXI, quando as sinergias políticas e os fluxos comerciais, financeiros e de investimento se intensificaram. Durante o governo Nestor Kirchner (2003-2007), a Argentina buscou um parceiro comercial e financeiro alternativo, resultando no estabelecimento de uma parceria estratégica, em 2004 (Bernal-Meza e Zanabria, 2020). Em 2014, o patamar das relações seria elevado à categoria de “parceria estratégica integral”, de forma similar ao Brasil.

Na esfera do comércio, o país asiático recentemente desbancou o Brasil enquanto principal parceiro comercial argentino, tendo sido origem de cerca de 21% das importações e destino de 8% das exportações, com um saldo comercial negativo de US\$ 7,3 bilhões.⁷⁵ Assim como no Brasil, os investimentos⁷⁶ começaram a fluir a partir de 2010, especificamente por meio de duas grandes aquisições no setor de petróleo e gás (quadro 1).

Na dimensão financeira, os laços bilaterais abrangem duas formas principais, a saber: os acordos de *swap*, particularmente relevantes para a Argentina a partir de 2014, contribuindo para robustecer as reservas internacionais e estabilizar a taxa de câmbio;⁷⁷ e os empréstimos para infraestrutura, com aportes para ao menos onze projetos, incluindo ferrovias, energia solar, energia nuclear e barragens (Lara, 2020).

No setor de energia, os bancos chineses financiaram as hidrelétricas Néstor Kirchner e Jorge Cepernic, notabilizadas por atrasos e controvérsias, e o parque solar de Caucharí, maior da América do Sul. O segmento de renováveis se apresentou como uma área promissora de cooperação, com diversas empresas ativas em processos de licitação e prestação de serviços de construção (Jáuregui, 2021).

No setor de transportes, é importante mencionar a renovação de trechos da rede ferroviária Belgrano Cargas, estratégica para o escoamento da produção agrícola, e a adição de novas locomotivas e vagões à frota existente (Argentine..., 2019). Em 2020, ambos os países celebraram um acordo US\$ 4,6 bilhões para financiar outros projetos ferroviários, incluindo novos trechos de reabilitação das redes da Belgrano (US\$ 816 milhões) e San Martín (US\$ 2,6 bilhões).⁷⁸

O potencial multidimensional da Argentina oferece oportunidades para o avanço de interesses estratégicos chineses em outras áreas, como mineração, petróleo, agropecuária, tecnologia, defesa e cooperação espacial. Destacam-se, por exemplo, o interesse na exploração de minas de lítio, a presença de petrolíferas chinesas em projetos de extração na Patagônia e em Vaca Muerta, a venda

75. Disponível em: <<https://bit.ly/34Vu3UG>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

76. No acumulado, o IED chinês na Argentina soma cerca de US\$ 13 bilhões (Red ALC-China, 2021a).

77. O acordo de *swap* estabelecido em 2014 previa aportes de RMB 70 bilhões (US\$ 11 bilhões) e tinha vigência de três anos. Em 2017, o acordo foi renovado, tendo sido suplementado, em 2018, para RMB 130 bilhões (US\$ 19 bilhões). Em 2020, o acordo foi novamente renovado, incorporando o valor suplementado em 2018 (Sousa e Daldegan, 2020).

78. Disponível em: <<https://bit.ly/3mec9IW>> e <<https://bit.ly/3GNnHEo>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

de tecnologias associadas com “cidades inteligentes”, bem como o acordo firmado para a construção da estação espacial em Neuquén (Ellis, 2021b).

Diante dessa evolução – e das necessidades de financiamento e do papel da China enquanto “emprestador de última instância” (Stanley, 2018) –, o ingresso do país na BRI era mais que esperado. Em 2017, o ex-presidente Mauricio Macri compareceu ao I BRF, antes mesmo de a BRI ter “desembarcado” na região. A renegociação de dívidas com o FMI e o acirramento da competição China-Estados Unidos, contudo, postergaram a adesão argentina (Dalto, 2020).

A reaproximação diplomática durante o governo Fernández, especialmente nos esforços de combate à covid-19, novamente inclinou a Argentina ao ingresso na Nova Rota da Seda, o que veio a se confirmar em recente visita do presidente argentino à China. O lado argentino especificou seus objetivos com a iniciativa antes mesmo da viagem, encaminhando ao governo chinês uma lista de dezessete projetos de infraestrutura prioritários, incluindo novos e em andamento (Dinatale, 2021).

O projeto considerado mais relevante envolve a retomada da usina nuclear Atucha III, cuja construção havia sido negociada ainda em 2015. O contrato assinado entre as estatais China National Nuclear Corporation (CNNC) e Nucleoeléctrica Argentina prevê investimentos de mais de US\$ 8 bilhões para engenharia, construção, comissionamento e entrega de um reator HPR-1000.⁷⁹

A oficialização da entrada da Argentina na BRI deve promover investimentos na ordem de US\$ 23 bilhões, de acordo com o presidente argentino, com possíveis avanços em áreas como economia digital, telecomunicações e medidas sanitárias e fitossanitárias (Koop, 2022). Entre outros propósitos, a parceria com a China (e a recente adesão à BRI) visa melhorar as conexões logísticas, promover uma transição energética híbrida, desenvolver programas de cooperação tecnológica e assegurar a estabilidade cambial e financeira, além da ampliação e diversificação das exportações.

Tais quais as oportunidades, os desafios argentinos também são elevados, especialmente os riscos de alargamento das assimetrias financeiras e tecnológicas, com possível consolidação de padrões de relacionamento centro-periferia (Laufer, 2020). Outros desafios se vinculam às salvaguardas ambientais e sociais de grandes obras de infraestrutura e às condições dos empréstimos contratados. A criação de encadeamentos com empresas locais igualmente representa um aspecto a ser considerado no desenvolvimento dos projetos de infraestrutura.

Para a China, o relacionamento com a Argentina é estratégico, e a entrada do país sul-americano na BRI pode influenciar futuras adesões, em especial a do Brasil. No plano mais imediato, Pequim busca assegurar o atendimento de interesses estratégicos, como o fornecimento estável de recursos (minérios, alimentos e energia) e a exportação de bens, serviços e tecnologias para uma das maiores economias da região. Em um nível mais profundo, o objetivo chinês é qualificar os fundamentos de sua ascendência na ALC, com possíveis implicações para as suas relações com a região como um todo.

4.2.3 México

O relacionamento sino-mexicano completa cinquenta anos em 2022, encontrando-se em um contexto no qual as interações vêm se estreitando, marcado pelo aumento de investimentos e da

79. Disponível em: <<https://bit.ly/3HlRm2D>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

cooperação em diferentes níveis. O comércio bilateral é o principal aspecto das relações, embora em bases nitidamente assimétricas.

Em 2019, a corrente bilateral chegou a atingir a marca de US\$ 90 bilhões, com um déficit de US\$ 83 bilhões para o lado mexicano.⁸⁰ Ao contrário do restante da ALC, as relações de comércio sino-mexicanas apresentam-se primordialmente na esfera intraindustrial, com a importação de insumos e bens intermediários para montagem e exportação, tornando as relações com a China diretamente ligadas às cadeias de produção na América do Norte (Bárcena, 2021; Dussel Peters, 2020a).

Nos últimos anos, os investimentos chineses têm crescido, especialmente por meio de anúncios de projetos (*greenfield*) em atividades de manufatura (Cepal, 2021). Entre 2004 e 2021, cerca de US\$ 15 bilhões foram distribuídos em 135 projetos (novos e expansões) – US\$ 9,7 bilhões a partir de 2017, momento em que o governo Trump deu início à guerra comercial com a China.⁸¹

Segundo Prazeres, Bohl e Zhang (2021), isto ocorreu por conta do desejo das firmas chinesas em garantir e melhorar o acesso ao mercado dos Estados Unidos, em um contexto de reconfiguração contínua das CGVs. Desta forma, o comércio intraindústria e intraempresa tornou-se ainda mais proeminente, aprofundando a rede de complexas interações que permeiam essa “relação triangular” (China-México-Estados Unidos), particularmente em indústrias como a automobilística (Maya, 2021).

Cabe destacar, porém, a existência de investimentos em setores como o de telecomunicações, a exemplo do anúncio da Huawei de um investimento para a construção de uma estação de dados em Tultilán (Gutiérrez, 2021). O interesse chinês em energias renováveis verificado em outros países da ALC também se mostrou presente, com a aquisição de uma das maiores empresas do setor, a Zuma Energy, por parte da SPIC (Estatal..., 2020).

Da mesma forma, os projetos de infraestrutura encontram-se em expansão, com destaque para a participação da CCCC no consórcio responsável pela construção do primeiro trecho do chamado Trem Maia.⁸² Além disso, as firmas chinesas estão atuando em projetos de construção e modernização de redes de ônibus e trens de cidades, incluindo venda de veículos e vagões, como é o caso da renovação de uma linha do metrô da Cidade do México (Cota, 2021).

As relações político-diplomáticas, classificadas desde 2013 enquanto “parceria estratégica integral”, tal qual outros parceiros na região, intensificaram-se nos últimos anos (Sweigart e Cohen, 2021). Depois da China, o México foi um dos países mais visados na retórica agressiva do ex-presidente Donald Trump, contribuindo para o país ter buscado na China um parceiro por “mais comércio, investimento e melhores relações econômicas”.

Durante a pandemia, a cooperação em saúde também se mostrou importante, sobretudo no estágio inicial de vacinação, com fornecimento chinês de equipamentos médicos e vacinas das farmacêuticas Sinopharm e CanSino (Mexico..., 2021). Em 2021, ambos os países ainda se comprometeram em “expandir a parceria estratégica”, apesar de não terem mencionado uma possível adesão do México à BRI (Marcelo..., 2021).

80. Disponível em: <<https://bit.ly/3Azt0pN>>.

81. Disponível em: <<https://bit.ly/3zwo1aq>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

82. Trata-se de um sistema de transporte que terá uma extensão de 1.500 km de estradas, passando pelos estados de Yucatán, Campeche, Tabasco, Chiapas e Quintana Roo. A estimativa de investimento para este primeiro trecho é de US\$ 650 milhões (Hernández, 2019).

A hesitação mexicana se assemelha à brasileira, isto é, as oportunidades oriundas da cooperação com a China parecem independender da adesão ou não à Nova Rota da Seda. Neste sentido, a provável ausência de vantagens imediatas se soma aos possíveis impactos de uma adesão para o relacionamento com os Estados Unidos, país com o qual o México desfruta de um comércio superior aos US\$ 600 bilhões e de investimentos acumulados ao redor dos US\$ 290 bilhões, além dos profundos laços culturais e migratórios (Bárcena, 2021).

Portanto, a posição mexicana se explica por estes dois fatores: a não identificação de benefícios adicionais e os possíveis custos de um gesto internacional relevante, ainda mais em um cenário de reestruturação das relações com Washington. Mesmo assim, o relacionamento com a China apresenta potencial de expansão, com possibilidades de maior integração às CGVs, ampliação do acesso ao mercado chinês e atração de investimentos em infraestrutura, telecomunicações, energias renováveis, veículos de baixa emissão, entre outros.

Os desafios também se mostram presentes, envolvendo impactos sobre a indústria local e elevação da concorrência no mercado interno e nos Estados Unidos, sobretudo. Para Liang (2019), as relações de comércio do México com a China têm um caráter mais *competitivo* que *complementar*, quando comparadas a outros países da ALC, situação que se agrava com os desequilíbrios comerciais verificados na última década.

Sob a visão chinesa, o México oferece uma plataforma estratégica de acesso ao seu principal destino de exportações: os Estados Unidos. Além disso, o mercado mexicano é grande e diferenciado em termos de comércio e investimento, figurando como um destino vantajoso para a internacionalização de empresas e a exportação de bens, serviços e tecnologias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou demonstrar a evolução das relações econômicas entre a China e a ALC, bem como a extensão da BRI para a região a partir de 2018. Inicialmente, houve um adensamento das interações econômicas a partir da última década, com a introdução de novos vetores, especificamente os investimentos, empréstimos e projetos de infraestrutura.

A concepção da BRI e sua expansão na região pelas lentes da EPI, e enquanto ferramenta de natureza e consequências geoeconômicas para a projeção internacional da China, mostraram-se convenientes na discussão apresentada sobre suas motivações e seus impactos. Apesar das denúncias e críticas por parte de analistas e autoridades políticas estadunidenses, verificou-se que as consequências associadas à adesão de países latino-americanos à BRI não podem ser reduzidas à disputa por um espaço estratégico para a manutenção do poder dos Estados Unidos, mas apresentam-se como um processo complexo e multifacetado.

Adicionalmente, mostrou-se prolífico associar a expansão da BRI na América Latina à CID promovida pela China com os países em desenvolvimento, visto que o financiamento de projetos com potencial de mudança estrutural – especialmente os de infraestrutura – é elemento integrante da iniciativa desde sua concepção inicial. Apesar das controvérsias vinculadas aos projetos de grande porte financiados sob o emblema da BRI, sobretudo de caráter socioambiental, é inegável que as instituições de desenvolvimento chinesas se apresentaram, nesse período, como uma alternativa valiosa diante do esgotamento das fontes internacionais tradicionais de empréstimos.

Apesar de não ser possível mensurar os impactos da chegada da BRI, é possível esperar que novos projetos de infraestrutura sob o signo da iniciativa se desenvolvam nos próximos anos. Isto porque existe uma “lógica de complementaridade” (Strauss, 2012), na qual a China pode preencher as históricas vulnerabilidades regionais de financiamento e assistência técnica para a execução de projetos de infraestrutura (Oviedo, 2018; Pautasso *et al.*, 2020).

Também há desafios no relacionamento com a China, em especial as assimetrias comerciais, financeiras e tecnológicas. As preocupações em torno da desindustrialização, da perda de mercados regionais e da reprimarização da pauta exportadora ainda se somam ao imperativo de atenuar possíveis impactos indesejados de grandes obras de infraestrutura capitaneadas pela China.

Nesse contexto, a BRI “desembarca” na ALC, gerando debates sobre os seus desdobramentos e impactos. Por meio da análise de casos, com um foco especial na América do Sul e no México, foi possível reforçar a concepção de que a iniciativa é flexível e adaptável às circunstâncias, admitindo diferentes formas de relações políticas e econômicas e distintos níveis de engajamento (Santoro, 2019).

No geral, foi possível “desconstruir” a BRI e seu avanço heterogêneo na ALC, possibilitando avaliar as oportunidades e os desafios que se apresentam aos países ou grupo de países da região, em um exercício que se contempla sob uma perspectiva de “geoeconomia híbrida” (Rodrigues, 2021).

No caso dos países andinos, constataram-se similaridades e diferenças, com todos os países da sub-região aderindo ao marco da iniciativa, exceto a Colômbia, país que nutre fortes laços econômicos e de segurança com os Estados Unidos. Para os demais países, a atração de recursos para projetos de infraestrutura aparece como um fator em comum, embora existam nuances particulares.

O Peru, por exemplo, enseja incrementar a sua integração nos mercados globais e elevar sua posição competitiva por meio da construção de infraestrutura portuária. O Chile, por sua vez, objetiva se situar enquanto uma plataforma para que empresas chinesas alcancem toda a região, visando, sobretudo, à atração de investimentos em tecnologia, inovação e comunicações. Já os interesses bolivianos incluem sinergias em campos como mineração, siderurgia e telecomunicações.

Os casos equatoriano e venezuelano trazem em comum a questão da dívida. Ambos os países veem na BRI uma forma de reforçar os laços com a China, alcançar reestruturações dos empréstimos contratados ao longo da última década e obter condições vantajosas em termos de futuros projetos de investimento e financiamento.

Os casos de Brasil, Argentina e México apresentam peculiaridades, dado que são países que possuem um maior peso regional e um nível mais elevado de diversificação de suas economias. Desta forma, a percepção de benefícios tangíveis e adicionais, somada às relações com a potência norte-americana, em grande medida determinou os seus comportamentos até o momento.

Em relação à Argentina, o seu ingresso reflete a percepção de que os benefícios superam os possíveis riscos. Entre outros propósitos, a parceria sino-argentina sob o marco da BRI visa melhorar as conexões logísticas, promover uma transição energética híbrida, desenvolver programas de cooperação tecnológica e assegurar a estabilidade cambial e financeira, além da ampliação e diversificação das exportações.

Brasil e México, em contrapartida, não identificaram, até o momento, vantagens adicionais com uma possível entrada na iniciativa chinesa, dado que suas economias não limitam a expansão dos fluxos de comércio, tampouco as oportunidades de investimento e cooperação. Os receios em relação

à reação dos Estados Unidos igualmente contribuíram para uma maior hesitação. Vale ressaltar que, no caso brasileiro, a entrada da Argentina e uma possível troca de governo potencialmente trazem novas perspectivas sobre a temática.

Talvez seja prematuro avaliar os impactos decorrentes da Nova Rota da Seda na ALC. Os casos aqui analisados cumprem um papel importante ao elucidar as necessidades, os dilemas e as percepções de custo-benefício dos países da ALC em relação à “nova roupagem” simbolizada pela BRI no marco das relações sino-latino-americanas.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. E.; FOLLY, M.; SANTORO, M. **What railway deals taught Chinese and Brazilians in the Amazon**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2021.

AEI – AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. **China Global Investment Tracker**. Washington: Heritage Foundation, 2021.

AIIB – ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. AIIB’s debut financing in Latin America helps ease Ecuador firms’ liquidity access: loan supports Asia-Ecuador trade during covid-19. **AIIB**, 3 Dec. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/35m190f>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

ALBE, I.; PHILLIPS, S. China’s renewable energy investment in Latin America. **The Dialogue**, 8 Sept. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3J1oFPm>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

ALBRIGHT, Z.; RAY, R.; LIU, Y. **China-Latin America and the Caribbean**. Washington: Global Development Policy Center, 2022. (Economic Bulletin). Disponível em: <<https://bit.ly/3C2xNCj>>.

ALEX, G. O. Venezuela, revolving door for Chinese interests in Latin America (part I). **Fundación Andrés Bello**, 20 Nov. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/34ni4yW>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

AOYAMA, R. “One Belt One Road”: China’s new global strategy. **Journal of Contemporary East Asia Studies**, v. 5, n. 2, p. 3-22, 2016.

ARGENTINE cargo rail network witnesses great improvements with China’s help. **China Daily**, 18 Jan. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3sutU2B>>. Acesso em: 8 mar. 2022.

ARMAS, M.; PONS, C. Exclusive: Venezuela wins grace period on China oil-for-loan deals, sources say. **Reuters**, 12 Aug. 2020. Disponível em: <<https://reut.rs/3ATPDVL>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ARMONY, A.; STRAUSS, J. From going out (zou chuqu) to arriving in (desembarco): constructing a new field of inquiry in China-Latin America interactions. **The China Quarterly**, v. 209, p. 1-17, Mar. 2012.

AVENDANO, R.; MELGUIZO, A.; MINER, S. **Chinese FDI in Latin America: new trends with global implications**. Washington: Atlantic Council, June 2017.

BAIJIE, A. President: promote cooperation with Bolivia. **China Daily**, 29 Jan. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3rYDBGo>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BARBOSA, P. **New Kids on The Block: China’s arrival in Brazil’s electric sector**. Boston: Global Development Policy Center, 2021.

BÁRCENA, M. Why Mexico’s relationship with China is so complicated. **Americas Quarterly**, 28 Sept. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3rO4wWw>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BARRIOS, R. China’s Belt and Road lands in Latin America. **China Dialogue**, 11 July 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3AshGep>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BARROS, J. A Iniciativa Cinturão e Rota na América Latina. **Pienseamento Proprio**, n. 53, p. 202-240, 2021.

- BARROS, P. *et al.* **Integração econômica bilateral Argentina-Brasil: reconstruindo pontes.** Brasília: Ipea, 2021. Versão preliminar.
- BARU, S. Geo-economics and strategy. *Survival*, v. 54, n. 3, p. 47-58, 2012. DOI: <10.1080/00396338.2012.690978>.
- BAUMANN, R. *et al.* **Research for investment cooperation between Brazil and China.** Brasília: Ipea, 2021. Versão preliminar.
- BECARD, D. O que esperar das relações Brasil-China? *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, p. 31-44, nov. 2011.
- BERNAL-MEZA, R. China y América Latina: el desarrollo de una nueva relación centro-periferia Latina: el desarrollo de una nueva relación centro-periferia. *Revista do Ceam*, Brasília, v. 5, n. 1, enero/jul. 2019.
- BERNAL-MEZA, R.; ZANABRIA, J. A goat's cycle: the relations between Argentina and the People's Republic of China during the Kirchner and Macri administrations (2003-2018). *In*: BERNAL-MEZA, R.; XING, L. (Ed.). **China-Latin America relations in the 21st century.** London: Palgrave Macmillan, 2020.
- BIJIAN, Z. China's "peaceful rise" to great-power status. *Foreign Affairs*, New York, v. 84, n. 5, 2005.
- BLACKWILL, R.; HARRIS, J. **War by other means.** Boston: Harvard University Press, 2016.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRAUTIGAM, D.; GALLAGHER, K. Bartering globalization: China's commodity-backed finance in Africa and Latin America. *Global Policy*, v. 5, n. 3, p. 346-352, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1758-5899.12138>>.
- BRAUTIGAM, D.; RITHMIRE, M. The Chinese 'debt trap' is a myth. *The Atlantic*, 6 Feb. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3PdJ31F>>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- CAI, K. The One Belt One Road and the Asian Infrastructure Investment Bank: Beijing's new strategy of geoeconomics and geopolitics. *Journal of Contemporary China*, v. 27, n. 114, p. 831-847, 2018.
- CARIELLO, T. **Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020).** Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2021.
- CASTILLO, C. China y Venezuela: cooperación económica y otras alianzas bilaterales durante la era Chávez. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n. 24, p. 404-434, 2020.
- CASTRO, D. Ecuador. **The People's Map of Global China**, 2021. Disponível em: <<https://thepeoplesmap.net/country/ecuador/>>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- CAVALLO, E.; POWELL, A. (Ed.). **Building opportunities for growth in a challenging world: 2019 Latin American and Caribbean macroeconomic report.** Washington: BID, 2019.
- CAVALLO, E.; POWELL, A.; SEREBRISKY, T. (Ed.). **De estruturas a serviços: o caminho para uma melhor infraestrutura na América Latina e no Caribe.** Washington: BID, 2020.
- CELAC – COMUNIDAD DE ESTADOS LATINOAMERICANOS Y CARIBENOS. **Special declaration of Santiago of the II Ministerial Meeting of the Celac-China Forum on the Belt and Road Initiative.** Santiago: Celac, Jan. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3jJjxod>>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- _____. **China-Celac joint action plan for cooperation in key areas (2022-2024).** Santiago: Celac, Dec. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3KGd0qx>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China.** Santiago: Naciones Unidas, 2018. 100 p.
- _____. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe.** Santiago: Naciones Unidas, 2021.

- CHATURVEDI, S. Development cooperation: contours, evolution and scope. *In*: CHATURVEDI, S.; FUES, T.; SIDIROPOULOS, E. (Ed.). **Development cooperation and emerging powers: new partners or old patterns?** New York: Zed Books, 2012.
- CHAUVET, P. *et al.* **China**: current and potential role in infrastructure investment in Latin America. Santiago: Eclac, 2020.
- CHEDIEK, J. O papel do Brasil na Cooperação Sul-Sul: um estudo analítico e histórico. *In*: LIMA, A. S. E. M. (Org.). **30 anos da ABC**: visões da cooperação técnica internacional brasileira. Brasília: Funag, 2017.
- CHEN, M. Beyond donation: China's policy banks and the reshaping of development finance. **Studies in Comparative International Development**, v. 55, p. 436-459, 2020.
- CHENG, C. Official development finance with Chinese characteristics: development cooperation between China and Africa. *In*: FREEMAN, C. (Ed.). **Handbook on China and developing countries**. Cheltenham: Edward Elgar, 2015.
- CHIAPE, S. Presidente da Colômbia vai à China para fugir da dependência do petróleo. **Diálogo Chino**, 12 ago. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3uPYJSm>>. Acesso em: 13 fev. 2022.
- CHILE busca más inversiones chinas, quiere ser plataforma para “toda América Latina”: Piñera. **Reuters**, 25 abr. 2019. Disponível em: <<https://reut.rs/3bqYKE>>. Acesso em: 17 fev. 2022.
- CHIN, G.; GALLAGHER, K. Coordinated credit spaces: the globalization of Chinese development finance. **Development and Change**, v. 50, n. 1, p. 245-274, 2019.
- CHINA. State Council of People's Republic of China. **China's foreign aid**. Beijing: Information Office of the State Council, 2014.
- CINTRA, M.; PINTO, E. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 2, jun. 2017.
- CINTRA, M.; SILVA FILHO, E.; PINTO, E. (Org.). **China em transformação**: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- COHEN, L.; PARRAGA, M. Exclusive: Venezuela resumes direct oil shipments to China despite U.S. sanctions. **Reuters**, 26 Nov. 2019. Disponível em: <<https://reut.rs/3r69m11>>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- COLLYNS, D. Hidrovía amazónica respaldada por China inmersa en información turbia. **Diálogo Chino**, 13 sept. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3qVQqSm>>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- COTA, I. México ahuyenta la inversión extranjera excepto la de China. **El País**, 27 abr. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3HJz80Q>>. Acesso em: 8 mar. 2022.
- CRITTENDEN, M. *et al.* **China's BRI in Latin America**: case study – hydropower in Bolivia. [s.l.]: [s.n.], 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3oNjg6f>>. Acesso em: 13 fev. 2022.
- CUNHA, A. A China e o Brasil na Nova Ordem Internacional. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, p. 9-29, nov. 2011.
- CUSTÓDIO, L. Peru's new Chancay mega-port shakes a village to its core. **Diálogo Chino**, 20 May 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3tRMjbV>>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- DALTO, V. Crise afeta adesão da Argentina à Iniciativa do Cinturão e da Rota. **Diálogo Chino**, 12 ago. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3HRI5FB>>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- DEVONSHIRE-ELLIS, C. South American Belt and Road projects foreign investors should be looking at. **Silk Road Briefing**, 10 Nov. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3ug8Tvg>>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- DINATALE, M. Anticipo: los 17 proyectos que pidió Argentina para que financie China. **Cronista**, 27 dic. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3oyq2N5>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

DUBE, R. Ecuador's new leader needs help from U.S., but China will stay close. **The Wall Street Journal**, 21 Apr. 2021. Disponível em: <<https://on.wsj.com/3rMNB5p>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

DUNNING, J. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. **International Business Review**, v. 9, p. 163-190, 2000.

DUSSEL PETERS, E. The omnipresent role of China's public sector in its relationship with Latin America and the Caribbean. *In*: DUSSEL PETERS, E.; ARMONY, A. (Ed.). **Beyond raw materials: who are the actors in the Latin America and Caribbean-China relationship?** Buenos Aires: Red ALC-China; Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015. p. 17-49.

_____. China's OFDI in Latin America and the Caribbean (2000-2018): debates and general tendencies. *In*: _____. (Ed.). **China's foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges**. Ciudad de México: Red ALC-China, 2019.

_____. La nueva relación triangular entre Estados Unidos, China y América Latina – el caso de México. **Heinrich Böll Stiftung**, 10 enero 2020a. Disponível em: <<https://bit.ly/3sG4zmv>>. Acesso em: 7 fev. 2022.

_____. Monitor de la infraestructura China en América Latina y Caribe 2020. **Red ALC-China**, 13 jul. 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/3G6911I>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

_____. Monitor de la infraestructura China en América Latina y Caribe 2021. **Red ALC-China**, 24 mayo 2021a. Disponível em: <<https://bit.ly/3gTZwtX>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. Monitor of Chinese OFDI in Latin America and the Caribbean 2021. **Red ALC-China**, 31 marzo 2021b. Disponível em: <<https://dusselpeters.com/344.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ELLIS, E. R. China's bid to dominate electrical connectivity in Latin America. **China Brief**, v. 21, n. 10, 21 May 2021a. Disponível em: <<https://bit.ly/3dowq6S>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

_____. New directions in the deepening Chinese-Argentine engagement. **Global Americans**, 11 Feb. 2021b. Disponível em: <<https://bit.ly/3rMXwZS>>. Acesso em: 8 fev. 2022.

_____. China's diplomatic and political approach in Latin America and the Caribbean: testimony before the US-China Economic and Security Review Commission. **USCC**, 20 May 2021c. Disponível em: <<https://bit.ly/3xDUFFB>>. Acesso em: 29 maio 2022.

ELLIS, E. R.; LAZARUS, L. China's new year ambitions for Latin America and the Caribbean. **The Diplomat**, 12 Jan. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/33Ec0Cl>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ESPINOSA, M. Los lazos comerciales entre Perú y China se fortalecen a pesar de la crisis política. **Diálogo Chino**, 28 dic. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3BmKSnJ>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ESTATAL china SPIC adquiere firma mexicana de energía renovable Zuma Energía. **Reuters**, 19 nov. 2020. Disponível em: <<https://reut.rs/34JXObc>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

FARRELL, H.; NEWMAN, A. Weaponized interdependence: how global economic networks shape state coercion. **International Security**, v. 44, n. 1, p. 42-79, 2019.

FIORI, J. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FLINT, C.; ZHU, C. The geopolitics of connectivity, cooperation, and hegemonic competition: the Belt and Road Initiative. **Geoforum**, v. 99, p. 95-101, 2019. DOI: <10.1016/j.geoforum.2018.12.008>.

GALLAGHER, K. **The China triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington Consensus**. New York: Oxford University Press, 2016.

GALLAGHER, K.; MYERS, M. **China-Latin America finance database**. Washington: Inter-American Dialogue, 2021.

GÁRZON, P. La Ruta de la Seda aterriza en el Canal de Panamá. **Diálogo Chino**, 5 dic. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3qW3LtW>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

GARZÓN, P.; CASTRO, D. China-Ecuador relations and the development of the hydro sector: a look at the Coca Codo Sinclair and Sopladora Hydroelectric projects. *In*: DUSSEL PETERS, E.; ARMONY, A.; CUI, S. (Ed.). **Building development for a new era: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean**. Ciudad de México: Red ALC-China, 2018.

GARZÓN, P. *et al.* **Banco de Desarrollo de China: financiamiento, gobernanza y desafíos socio-ambientales para América Latina y el Caribe**. [s.l.]: Latinoamérica Sustentable, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3luIvZg>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

GILPIN, R. **The political economy of international relations**. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

GOMÉZ, A. Los abusos y el daño ambiental de las inversiones chinas en Bolivia. **Asociación Ambiente y Sociedad**, 6 nov. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3IP0CSU>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

GRANSOW, B. Chinese investment in Latin American infrastructure: strategies, actors, and risks. *In*: DUSSEL PETERS, E.; ARMONY, A. (Ed.). **Beyond raw materials: who are the actors in the Latin America and Caribbean-China relationship?** Buenos Aires: Red ALC-China; Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015.

GUEVARA, C. China's support for the Maduro regime: enduring or fleeting? **Atlantic Council**, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3IO8Avo>>. Acesso em: 3 fev. 2022.

GUO, S. The party-State relationship in most-Mao China. **China Report**, v. 37, n. 3, p. 301-315, 2001.

GUTIÉRREZ, A. Huawei abre su segundo centro de datos en México. **Expansión**, 26 oct. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3uJDkKl>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

GUZMÁN, L. State Grid aumenta presença no Chile com compra da CGE. **Diálogo Chino**, 1º fev. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3IvL2LV>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

HEILMANN, S. **China's political system**. London: Rowman and Littlefield, 2017.

HERNÁNDEZ, P. El tren maya del nuevo presidente mexicano incita a la oposición. **Diálogo Chino**, 15 enero 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/34MsbO2>>. Acesso em: 6 mar. 2022.

HIRATUKA, C. **Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL**. Campinas: IE/Unicamp, maio 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3iRZCDA>>. Acesso em: 6 jul. 2022. (Texto para Discussão, n. 399).

HIRATUKA, C.; DEOS, S. Chinese financing in Brazil (2000-2018). *In*: DUSSEL PETERS, E. (Ed.). **China's financing in Latin America and the Caribbean**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.

HONG, Y. Motivation behind China's "One Belt One Road" initiatives and establishment of the Asian Infrastructure Investment Bank. **Journal of Contemporary China**, v. 26, n. 105, p. 353-368, 2017.

HORN, S.; REINHART, C.; TREBESCH, C. China's overseas lending. **Kiel Working Paper**, n. 2132, June 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/31fLloP>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

INICIA construcción del primer complejo siderúrgico en Mutún. **El Deber**, 29 enero 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3Hg7AAb>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

JÁUREGUI, J. **How Argentina pushed Chinese investors to help revitalize its energy grid**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2021.

JEMIO, M. Em momento de transição política, Bolívia repensa como industrializar seu lítio. **Diálogo Chino**, 19 maio 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3g8WQHT>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

JENKINS, R. **How China is reshaping the global economy: development impacts in Africa and Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

- _____. China's Belt and Road Initiative in Latin America: what has changed? **Journal of Current Chinese Affairs**, p. 186810262110478, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/18681026211047871>>.
- KAPLAN, S.; PENFOLD, M. China-Venezuela economic relations: hedging Venezuelan bets with Chinese characteristics. **Wilson Center**, Feb. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3u8Ozvu>>. Acesso em: 5 fev. 2022.
- KAUL, I. **The rise of the Global South**: implications for the provisioning of global public goods. New York: UNDP, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly.com/SNKAH>>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- KOLESKI, K.; BLIVAS, A. **China's engagement with Latin America and the Caribbean**. Washington: Congressional Research Service, 2018.
- KONG, B.; GALLAGHER, K. Chinese development finance for solar and wind power abroad. **Global Development Policy Center**, Jan. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/39Odkj>>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- KOOP, F. Coronavírus reestrutura Iniciativa Cinturão e Rota na América Latina. **Diálogo Chino**, 30 jul. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3HmctHN>>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- _____. Argentina joins China's Belt and Road Initiative. **Diálogo Chino**, 8 Feb. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3oKe0Qv>>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- LARA, T. Con nuevo gobierno, Argentina reactiva las represas en la Patagonia. **Diálogo Chino**, 25 fev. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3HS1eXI>>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- LAUFER, R. El proyecto chino “La Franja y la Ruta” y América Latina: ¿otro norte para el sur? **Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales**, Buenos Aires, n. 20, 2020.
- LAZARUS, L.; BERG, R. Washington must respond to China's growing military presence in Latin America. **Foreign Policy**, 14 Mar. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3ncr8Nj>>. Acesso em: 19 maio 2022.
- LEGRO, J. O que a China vai querer? As futuras intenções de uma potência em ascensão. *In*: SPEKTOR, M.; NEDAL, D. (Org.). **O que a China quer?** Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- LEÓN, R. Conflicto social en Las Bambas: un corredor sin salida. **El Comercio**, 11 dic. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3tZ8VGQ>>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- LI, X. (Ed.). **Mapping China's “One Belt One Road” Initiative**. London: Palgrave Macmillan, 2019. (International Political Economy Series). DOI: <10.1007/978-3-319-92201-0_1>.
- LIANG, W. Pulling the region into its orbit? China's economic statecraft in Latin America. **Journal of Chinese Political Science**, v. 24, n. 3, p. 433-449, 2019.
- LIÉVANO, A. ¿Cómo avanza la Franja y la Ruta en la región andina? **Diálogo Chino**, 18 jun. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3fRcIhM>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- _____. Chinese rail, roads and buses arrive in Colombia. **China Dialogue**, 8 Jan. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/363amuE>>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- LIN, J.; WANG, Y. Development beyond aid. **Project Syndicate**, 8 May 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/39GGhzw>>. Acesso em: 27 nov. 2021.
- LIU, H.; XU, Y.; FAN, X. Development finance with Chinese characteristics: financing the Belt and Road Initiative. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 2, p. 1-15, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7329202000208>>.
- LOZANO, G. Ecuador's China-backed hydropower revolution. **Diálogo Chino**, 25 jul. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3EUH5a>>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- LUDEÑA, M. **Chinese investments in Latin America**: opportunities for growth and diversification: Santiago: Eclac, 2017. (Production Development Series).

- LUTTWAK, E. From geopolitics to geo-economics: logic of conflict, grammar of commerce. **The National Interest**, v. 20, p. 17-23, 1990.
- MAIA, B. Fundo Brasil-China não financiou nenhum projeto em seis anos. **Diálogo Chino**, 18 fev. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/34CQT3a>>. Acesso em: 14 fev. 2022.
- MALACALZA, B. What LED to the boom? Unpacking China's development cooperation in Latin America. **World Affairs**, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0043820019883251>>.
- MARCELO Ebrard: México y China ampliarán su “asociación estratégica”. **DW**, 2 enero 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3gM2UpO>>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- MAYA, J. Mexico's trade relationship with China in the context of the United States-China trade war. **Journal of Current Chinese Affairs**, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/18681026211038339>>.
- MEDEIROS, C.; CINTRA, M. Impactos da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 28-42, 2015.
- MEJÍA, L. Colombia, Washington's “closest ally”: looks to Beijing. **Americas Quarterly**, 27 Oct. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3HROikS>>. Acesso em: 13 fev. 2022.
- MENDONÇA, M.; UNGARETTI, C.; BARBOSA, J. A Nova Rota da Seda e a projeção internacional da China. Redes de financiamento e fluxos de investimento externo direto (IED). **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 31, set./dez. 2021.
- MEXICO leans on China after Biden rules out vaccines sharing in short term. **Reuters**, 9 Mar. 2021. Disponível em: <<https://reut.rs/3uNezwV>>. Acesso em: 6 mar. 2022.
- MILANI, C. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Cadernos CRH**, v. 25, n. 65, p. 211-231, 2012.
- MILANI, C.; CARVALHO, T. O. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 11-35, jan./jun. 2013.
- MINGEY, M.; KRATZ, A. China's Belt and Road: down but not out. **Rhodium Group**, 4 Jan. 2021. Disponível em: <<https://rhg.com/research/bri-down-out/>>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- MORENO, J.; TELIAS, D.; URDINEZ, F. Deconstructing the Belt and Road Initiative in Latin America. **Asian Education and Development Studies**, v. 10, n. 3, p. 337-347, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/AEDS-01-2020-0021>>.
- MYERS, M. **China's transport infrastructure investment in LAC: five things to know**. Washington: Inter-American Dialogue, 13 Nov. 2018.
- _____. **China-Latin America commercial loans tracker**. Washington: Inter-American Dialogue, 2021.
- MYERS, M.; RAY, R. **Shifting gears: Chinese finance in LAC, 2020**. Boston: Inter-American Dialogue, 2021.
- NIU, H. **A new era of China-Latin America relations**. [s.l.]: Cries, 2015. (Anuario de Integración, n. 11).
- _____. A strategic analysis of Chinese infrastructure projects in Latin America and the Caribbean. *In*: DUSSEL PETERS, E.; ARMONY, A.; CUI, S. (Ed.). **Building development for a new era: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean**. Ciudad de México: Red ALC-China, 2018.
- OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Is it official development assistance?** Paris: OCDE, 2008.
- _____. **Official development assistance: definition and coverage**. Paris: OECD, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/ZbyLH>>. Acesso em: 9 mar. 2022.

- OLIVEIRA, G.; MYERS, M. The tenuous co-production of China's Belt and Road Initiative in Brazil and Latin America. **Journal of Contemporary China**, v. 30, n. 129, p. 481-499, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10670564.2020.1827358>>.
- OVIEDO, E. América Latina: ¿extensión natural de la Ruta de la Seda? **Comercio Exterior** 15, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/346SLRL>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- PALMA, J. China and the US offer competing visions for Ecuador's debt. **Diálogo Chino**, 23 Aug. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3fTS9la>>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- PATRICK, I.; PADILHA, L. China's Stakes in Venezuela are too high to be ignored. **Journal of International Affairs**, 14 Feb. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3AEqhuJ>>. Acesso em: 17 fev. 2022.
- PAUTASSO, D.; DORIA, G.; NOGARA, T. A Nova Rota da Seda e o projeto chinês de globalização. **Insight Inteligência**, v. 90, 2020.
- PAUTASSO, D. *et al.* A Iniciativa do Cinturão e da Rota e os dilemas da América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, dez. 2020.
- PECEQUILO, C. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 100-115, 2013.
- PIÑA, C. Chinese financing in Venezuela (2000-2018). In: DUSSEL PETERS, E. (Ed.). **China's financing in Latin America and the Caribbean**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.
- PIÑERA inaugura Fibra Óptica Austral; participó Huawei. **Diario Financiero**, 28 mayo 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3tUisja>>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- PINO, B. Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul. In: SOUZA, A. (Ed.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. p. 57-86.
- PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2010.
- PIRES, F.; PINHEIRO, V. Gigante chinesa compra Concremat por R\$ 350 milhões. **Valor Econômico**, 25 nov. 2016. Disponível em: <<https://glo.bo/3JmJ2pt>>. Acesso em: 6 mar. 2022.
- POSSA, J. Brasil tem maior participação no Banco dos Brics desde 2020. **Poder 360**, 1º fev. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3rJeloN>>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- PRAZERES, T.; BOHL, D.; ZHANG, P. **China-LAC trade: four scenarios in 2035**. Washington: Atlantic Council, 2021.
- RAMOS, D. Bolivia picks Chinese partner for \$ 2.3 billion lithium projects. **Reuters**, 6 Feb. 2019. Disponível em: <<https://reut.rs/3L0dtDO>>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- RAY, R.; ALBRIGHT, Z.; WANG, K. **China-Latin America economic bulletin 2021 edition**. Boston: Global Development Policy Center, 2021.
- RAY, R.; BARBOSA, P. **China-Latin American economic bulletin 2020 edition**. Boston: Global Development Policy Center, 2020.
- RECAJ, C. El financiamiento chino en América Latina y el Caribe en el contexto de las relaciones económicas bilaterales. In: DUSSEL PETERS, E. (Org.). **América Latina y el Caribe-China: economía, comercio e inversión 2019**. Ciudad de México: Red ALC-China, 2020.
- RED ALC-CHINA – RED ACADÉMICA DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE SOBRE CHINA. **Chinese OFDI in LAC: transactions (2000-2020)**. Ciudad de México: Red ALC-China, 2021a. Disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>.

- _____. **Database of monitor of Chinese infrastructure in Latin America and the Caribbean 2021**. Ciudad de México: Red ALC-China, 2021b. Disponível em: <<https://bit.ly/3pS1cro>>.
- RODRIGUES, B. Geoeconomia híbrida da China na América do Sul. **Carta Internacional**, v. 16, n. 1, p. e1085, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.21530/ci.v16n1.2021.1085>>.
- RODRIGUES, B.; HENDLER, B. Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 5-25, 2018.
- ROSA, B.; ANTUNES, C. Embaixador dos EUA alerta que se Brasil permitir chinesa Huawei no 5G enfrentará “consequências”. **O Globo**, 29 jul. 2020. Disponível em: <<https://glo.bo/3rE9yow>>. Acesso em: 7 mar. 2022.
- ROSITO, T. **Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2020.
- SALGADO, D. Chinese financing in Latin America and the Caribbean: unpacking Chinese financing in Ecuador. *In*: DUSSEL PETERS, E. (Ed.). **China's financing in Latin America and the Caribbean**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019. p. 295-320.
- SALIDJANOVA, N. Going Out: an overview of China's outward foreign direct investment. **USCC Staff Research Report**, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3AQ82Bz>>. Acesso em: 20 out. 2021.
- SANTORO, M. **Cinturões e Rotas**: o programa de investimentos globais da China e as oportunidades para o Brasil. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2019.
- SANTOS, L.; MILAN, M. Determinantes dos investimentos diretos externos chineses: aspectos econômicos e geopolíticos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 457-486, 2014.
- SANTOS, T.; CAMOÇA, A.; RODRIGUES, B. Relações econômicas entre América Latina e Caribe e seus impactos na integração regional (2001-2016). **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, 2020.
- SCHOLVIN, S.; WIGELL, M. **Geo-economics as concept and practice in international relations**: surveying the state of the art. Helsinki: Fiia, 2018. (Working Paper, n. 102).
- SCISSORS, D. **China's global investment vanishes under covid-19**. Washington: American Enterprise Institute, 16 July 2020.
- SHIH, V. Tools of survival: sovereign wealth funds in Singapore and China. **Geopolitics**, v. 14, n. 2, p. 328-344, 2009.
- SOUZA, A. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014.
- SOUSA, A.; DALDEGAN, W. A China e os acordos de swap cambial com Argentina, Brasil, Chile e Suriname. **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n. 24, dez. 2020.
- STANLEY, L. Argentina's infrastructure gap and financial needs: the role of China. *In*: DUSSEL PETERS, E.; ARMONY, A.; CUI, S. (Ed.). **Building development for a new era**: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean. Ciudad de México: Red ALC-China, 2018.
- STRANGE, A. *et al.* Tracking underreported financial flows: China's development finance and the aid-conflict nexus revisited. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 61, n. 5, p. 935-963, 2017.
- STRANGE, S. International economics and international relations: a case of mutual neglect. **International Affairs**, v. 46, n. 2, p. 304-135, 1970. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2613829>>.
- STRAUSS, J. Framing and claiming: contemporary globalization and going out in China's rhetoric towards Latin America. **The China Quarterly**, v. 209, p. 134-156, Mar. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1017/s0305741011001512>>.
- SULLIVAN, J.; HAL, B. China has two paths to global domination. **Carnegie**, 22 May 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3yaixRp>>. Acesso em: 23 maio 2022.

- SWEIGART, E.; COHEN, G. Latin America's evolving relationships with China. **America's Quarterly**, 19 Oct. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3KVxsmT>>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- TIEZZI, S. China's space diplomacy. **The Diplomat**, 24 Dec. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3IQ21sq>>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- TORRADO, S. Iván Duque propõe aumentar impostos para cobrir rombo fiscal criado pela pandemia na Colômbia. **El País**, 16 abr. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/34JzA0N>>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- TORRICO, G. Peru y el megapuerto de Chancay: la Franja y la Ruta empieza por el mar. **Asia Link**, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3KHQUnk>>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- UNGARETTI, C.; HAFFNER, J. A. Os investimentos externos chineses no setor de cobre peruano: implicações e desafios ao desenvolvimento (2007-2019). **Revista de Estudios Sociales**, v. 20, p. 89-130, 2020.
- URREGO-SANDOVAL, C. Nuevos horizontes para la inversión china en Colombia. **Diálogo Chino**, sept. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3HQC3w>>. Acesso em: 11 fev. 2022.
- VADELL, J. The North of the South: the geopolitical implications of "Pacific Consensus" in South America and the Brazilian dilemma. **Latin America Policy**, Monterrey, v. 4, n. 1, p. 36-56, May 2013.
- VADELL, J.; SECCHES, D.; BURGER, M. De la globalización a la interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa Belt & Road e implicaciones para el sur global. **Revista Transporte y Territorio**, n. 21, p. 44-68, oct. 2019.
- VAZ-PINTO, R. Peaceful rise and the limits of Chinese exceptionalism. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, special issue, 2014.
- VELÁSQUEZ, S. Inversión extranjera directa de China en América Latina y el Caribe, aspectos metodológicos y tendencias durante 2001-2016. **Economía Informa**, v. 406, p. 4-17, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ecin.2017.10.001>>.
- VILLAGRÁN, J.; PIZARRO, C. Inversión china alista 17 nuevos proyectos en Chile. **La Tercera**, 20 nov. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3nTLqMt>>. Acesso em: 22 jan. 2022.
- WANG, M.; QI, Z.; ZHANG, J. China becomes a capital exporter. In: SONG, L. *et al.* **China's domestic transformation in a global context**. Canberra: Australian National University Press, 2015.
- WISE, C. **Dragonomics**: how Latin America is maximizing (or missing out on) China's international development strategy. New Haven: Yale University Press, 2020.
- XINHUA. Las obras que China impulsará en Ecuador. **América Economía**, 8 abr. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3OEcaI8>>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- XU, J.; CAREY, R. **China's international development finance**: past, present and future. Helsinki: UNU-Wider, 2015. (Wider Working Paper, n. 130).
- YAN, X. From keeping a low profile to striving for achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, p. 153-184, 22 Apr. 2014.
- YAZHONG, H. Avanzamos juntos para un nuevo capítulo China-Bolivia. **La Razón**, 12 jul. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3GdwFKr>>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- YE, M. Fragmentation and mobilization: domestic politics of the belt and road in China. **Journal of Contemporary China**, p. 1-16, 2019. DOI: <10.1080/10670564.2019.1580428>.
- ZHANG, D. Chinese concessional loans. **Department of Pacific Affairs**, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/TRQOt>>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- ZHANG, P. **Belt and Road in Latin America**: a regional game changer? Washington: Atlantic Council, 2019.

APÊNDICE

QUADRO A.1

Aspectos metodológicos e informacionais das bases de dados sobre investimento externo direto (IED) chinês

Base	Metodologia	Fonte de informação	Tipo de informação	Detalhes das informações	Observações
Ministério do Comércio da China (Ministry of Commerce of the People's Republic of China – Mofcom)	Coleta de dados com base nos registros de aprovação e registros de projetos de IED	Dados oficiais (projetos aprovados)	Dados agregados; não fornece dados de transações individuais	Destinos; países e regiões; setores	Não identifica destino final dos investimentos de forma adequada; coleta dados apenas dos primeiros destinos, o que infla dados de paraísos fiscais; críticas em relação à transparência a partir de 2019 (Scissors, 2020)
China Global Investment Tracker (CGIT)	Inclui a compra de menos de 10% do poder de voto	Preferência por fontes corporativas de participantes chineses e estrangeiros (Scissors, 2020)	Fusões e aquisições e novos investimentos (<i>greenfield</i>); contratos de construção; transações “problemáticas”	Data do projeto; empresa investidora; montante do investimento; tamanho da participação; sócio de destino; setor; subsetor; país; região; Iniciativa do Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative – BRI); <i>greenfield</i>	Exclui investimentos abaixo dos US\$ 95 milhões; inclui anúncios de investimento; classifica investimentos de acordo com aderência ou não à BRI
Red Acadêmica de América Latina y el Caribe sobre China (Red ALC-China)	Segue o critério de 10% ou mais de poder de voto para classificar o investimento enquanto IED	Compilação de fontes de organizações privadas e conferência por transação confirmada (Dussel Peters, 2019; 2020)	Fusões e aquisições e novos investimentos (<i>greenfield</i>)	Data do projeto; empresa investidora; origem da empresa investidora; empresa-alvo; país e cidade de destino; tipo de projeto (novo ou fusão e aquisição); montante de investimento; emprego; atividade (matérias-primas; manufatura; serviços; compra de tecnologia); propriedade da empresa investidora (pública ou privada)	Não inclui projetos apenas anunciados; oferece dados separados de projetos de infraestrutura
fDi Markets/ <i>Financial Times</i>	Inclui a compra de menos de 10% do poder de voto	Notícias da imprensa; notas da imprensa financeira especializada; artigos; informes da bolsa de valores	Expansão e novos investimentos (<i>greenfield</i>); inclui anúncios de investimento	Data do projeto; detalhes da empresa investidora; mercado de origem; mercado de destino; indústria (setor, atividade, cluster); detalhes do projeto (tipo, investimento, empregos, <i>status</i>); outros	Separa anúncios de investimentos de investimentos já realizados; disponibiliza a fonte utilizada e, em alguns casos, os contatos das empresas investidoras

Elaboração dos autores.

REFERÊNCIAS

DUSSEL PETERS, E. China's OFDI in Latin America and the Caribbean (2000-2018): debates and general tendencies. *In*: _____. (Ed.). **China's foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges**. Ciudad de México: Red ALC-China, 2019.

_____. Monitor de la infraestructura China en América Latina y Caribe 2020. **Red ALC-China**, 13 jul. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3G6911I>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

DUSSEL PETERS, E.; VELÁSQUEZ, S. **Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe: aspectos metodológicos**. Ciudad de México: Red ALC-China, [s.d.].

SCISSORS, D. **China's global investment vanishes under covid-19**. Washington: American Enterprise Institute, 16 July 2020.